



DIÁRIO

da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE MAIO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Foram aprovados os n.^{os} 59 a 64 do Diário.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Ministro da Educação (Marçal Grilo) respondeu à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Rita Pestana (PS), sobre regionalização do ensino, e ainda aos Srs. Deputados António Braga (PS) e José Calçada (PCP).

À pergunta formulada pelo Sr. Deputado Francisco Torres (PSD), sobre a participação de Portugal na terceira fase da união económica e monetária, respondeu o Sr. Ministro das Finanças (Sousa Franco) e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Joel Hasse Ferreira (PS), Vieira de Castro (PSD), Silva Carvalho (CDS-PP) e Manuela Ferreira Leite (PSD).

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (José Sócrates) respondeu à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes), sobre a estratégia dos resíduos sólidos urbanos e o caso do Taveiro nessa óptica considerado, assim como a outros pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados João Rui de Almeida e António Braga (PS). Os oradores iniciais usaram ainda da palavra para defesa da consideração das respectivas bancadas, em relação a afirmações produzidas, respectivamente, pelo Sr. Deputado Ruben de Carvalho (PCP) e pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa) em interpelações à Mesa.

Relativamente à pergunta feita pelo Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP), sobre a variante à estrada nacional n.^o 10, com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Manuel Vargas (PS)

e Fernando Pedro Moutinho (PSD), respondeu o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Crisóstomo Teixeira).

O Sr. Deputado António Lobo Xavier (CDS-PP) formulou uma pergunta sobre se se instauraram e em que ponto se encontram os inquéritos aos concursos lançados pela DGCI para recrutamento de pessoal e valorização de carreiras que, segundo a comunicação social, têm sido alvo de grandes controvérsias, à qual respondeu o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Carlos dos Santos), assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados João Carlos da Silva (PS) e Octávio Teixeira (PCP).

O Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia (Mariano Gago) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado José Magalhães (PS), sobre os contornos, objectivos e implicações da anunciada iniciativa nacional para a sociedade da informação, tendente à difusão acelerada de tecnologias de informação nas escolas. Administração Pública, centros de informação e empresas, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Carlos Coelho (PSD) e Fernando Pereira Marques (PS).

Finalmente, à pergunta sobre a duplicação de organismos no Ministério da Cultura, formulada pelo Sr. Deputado Manuel Frexes (PSD), e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Fernando Pereira Marques e António Martinho (PS), respondeu o Sr. Ministro da Cultura (Manuel Maria Carrilho), tendo ainda colocado outras questões os Srs. Deputados Fernanda Mota Pinto, Maria Luísa Ferreira e Manuel Alves de Oliveira (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérrito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Gavino Paixão.
António Rui Esteves Solheiro.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luis.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Filipe Mesquita Vital.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.

José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egípto.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carretero.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antonino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugenio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
 Fernando Santos Pereira.
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas
 Bordalo.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco José Fernandes Martins.
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
 Gilberto Parca Madail.
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
 Hugo José Teixeira Velosa.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João Carlos Barreiras Duarte.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Augusto Gama.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Carlos Pires Povoas.
 José de Almeida Cesário.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Manuel Durão Barroso.
 José Manuel Nunes Liberato.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Mendes Bota.
 Lucília Maria Samoreno Ferrá.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luís Filipe Menezes Lopes.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Joaquim Barata Frexes.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
 Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.

Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura.
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araújo Calçada.
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos *Diários* que estão em aprovação.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, estão em aprovação os n.ºs 59 a 64 do *Diário*, respeitantes às reuniões plenárias dos dias 18, 19, 24, 25, 26 e 30 de Abril.

O Sr. Presidente: — Não havendo objecções, consideram-se aprovados.

Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, como sabem, a sessão de hoje destina-se à formulação de perguntas ao Governo.

Para formular a primeira pergunta ao Sr. Ministro da Educação, sobre regionalização do ensino, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rita Pestana, que dispõe de três minutos para o efeito. Mais uma vez, peço aos Srs. Deputados que me ajudem a cumprir estritamente os limitados tempos que o Regimento estabelece para este tipo de sessão.

A Sr.ª Rita Pestana (PS): — Sr. Presidente, tentarei cumprir com o tempo estabelecido.

Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, com a autonomia política e administrativa dos Açores e da Madeira, consagrada pela Constituição da República de 1976, foi possível à Região Autónoma da Madeira implementar a sua própria estrutura organizativa, chamando a si e à tutela da Secretaria Regional da Educação importantes áreas da administração e organização escolares, desburocratizando e aproximando os serviços e as instituições da comunidade educativa regional. Financiamento da educação, recrutamento de professores, construções escolares, organização do parque escolar são hoje, entre outras matérias, da responsabilidade exclusiva da Região Autónoma da Madeira. O sistema educativo, esse sim, continua a ser nacional.

A revisão constitucional trouxe, no entanto, à ordem do dia a defesa do aprofundamento das autonomias e a justa reivindicação de mais poderes legislativos para os órgãos de governo próprios. É neste contexto que surge a exigência de mais competências em matéria de política educativa, consubstanciadas naquilo a que se convencionou chamar a regionalização do ensino, tema polémico sobre

o qual não há, obviamente, uma opinião acabada na comunidade educativa.

Há quem defenda, por exemplo, que a unidade do Estado, a igualdade de oportunidades, a universalidade do sistema educativo, o direito à educação e a igualdade de tratamento são direitos constitucionais só garantidos com um sistema nacional de ensino. Outros há que, pelo contrário, entendem que esses direitos e valores fundamentais estão já assegurados, não havendo por isso razão para manter o sistema unificado. Defendem, por isso, a descentralização da totalidade das responsabilidades relativas às escolas, aos professores, à gestão escolar, ao funcionamento e desenvolvimento nos estabelecimentos escolares.

O Sr. Ministro da Educação, na sua recente visita oficial à Região Autónoma da Madeira, pelo que pudemos depreender das reportagens jornalísticas, revelou-se um entusiasta da regionalização do ensino, razão pela qual julgamos oportuno, neste momento, pedir esclarecimentos a V. Ex.^a sobre esta matéria.

Sem querer formular qualquer juízo de valor ou processo de intenção, gostaríamos de deixar-lhe as seguintes questões.

Primeira questão: o que se pode e deve regionalizar? Um estudo encomendado pela CEU/CISEP aponta áreas fundamentais, como a definição de currículos escolares, a gestão escolar, os sistemas de avaliação de alunos, as carreiras e a formação contínua de professores.

Segunda questão: para que se deve regionalizar, Sr. Ministro? Isto é, a regionalização do ensino deve traduzir-se apenas na transferência de competências do Ministério da Educação para a Secretaria Regional da Educação ou deve significar antes uma verdadeira descentralização, acompanhada do recentrar das preocupações em cada escola e não mais no sistema e da transferência de competências e meios para as escolas e autarquias, eliminando assim a autoridade educativa central, seja ela nacional ou regional.

Finalmente, Sr. Ministro, o debate e a hipótese de regionalizar o ensino deve colocar-se apenas ao nível das regiões autónomas ou admite que se possa colocar também em relação às futuras regiões no todo nacional ou às actuais direcções regionais de educação?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação, que dispõe de três minutos para o efeito.

O Sr. Ministro da Educação (Marçal Grilo): — Sr. Presidente, gostava de responder à pergunta da Sr.^a Deputada Rita Pestana, começando por fazer uma pequena análise dos textos mais importantes sobre esta matéria.

O primeiro é o da própria Lei de Bases do Sistema Educativo, cujos n.^{os} 4 e 5 do Capítulo VII referem que os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis, integrando componentes regionais. Mais à frente, em relação ao ensino secundário, a mesma lei prevê que esses planos terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio-económicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.

Num texto da comissão de reforma, de que, aliás, sou co-autor — o da alteração curricular do 1.^º ao 12.^º anos —, prevê-se que a integração de elementos regionais nos conteúdos do ensino básico e nas componentes estruturais do ensino secundário só poderá tornar-se efectiva se tiver como suporte uma nova atitude de participação e dispuser de órgãos adequados e de elementos qualificados. Fala-se ainda na realização de projectos educativos, ou seja, nos projectos das escolas.

Mais tarde, no texto de pacto que apresentámos ao Parlamento, nomeadamente no ponto n.^º 3.2, faz-se uma referência específica à modernização, à regionalização e à descentralização da administração do sistema educativo.

Sr.^a Deputada, sou defensor de que entre as regiões e o Governo central seja negociado e acertado, em primeiro lugar, o que chamaria um *core curriculum*, um núcleo central do currículo, com características nacionais e que tem a ver, sobretudo, com a coesão nacional.

O currículo, e este é, talvez, o aspecto mais importante da sua pergunta, tem alguns limites no que respeita à regionalização. Temos de fazer com que nenhuma regionalização, com textualização ou diversificação do currículo ou programas, possa pôr em causa os princípios estruturantes da educação, nomeadamente a igualdade de oportunidades e as correcções das assimetrias regionais e sociais.

Portanto, quanto ao currículo, a minha posição é de que é possível e, em certa medida, desejável regionalizar, mas desde que exista um currículo central ao nível nacional.

Em relação à gestão escolar, o Governo já mostrou, claramente, que é com a flexibilização do actual Decreto e da legislação que está em vigor que é possível fazer com que nas várias regiões e, sobretudo, nas várias escolas — e este aspecto que tocou é particularmente relevante... Peço desculpa, Sr. Presidente, mas vou alongar-me mais um minuto para falar dele.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Ministro, o tempo ser-lhe-á descontado na intervenção final.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas, continuando, em relação à gestão escolar, parecemos particularmente importante que aquilo a que se tem chamado a regionalização possa e deva ser acompanhada por uma grande autonomia das escolas. Regionalizar e descentralizar não significa passar as competências do Governo central para uma entidade intermédia, sejam os Governos Regionais da Madeira ou dos Açores, ou seja qualquer outra entidade a nível das regiões no continente, que possa exercer sobre as escolas a mesma tutela que hoje exerce o Governo central.

É particularmente importante que esta descentralização seja acompanhada de uma autonomia das instituições e que as escolas, em função do seu projecto, possam ter margens de liberdade para que o seu sistema de gestão seja adaptado aos contextos sócio-económicos e, consequentemente, à comunidade educativa envolvente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, por um período de dois minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Pestana.

A Sr.^a Rita Pestana (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, algumas dúvidas me ficaram apesar do esclarecimento prestado por V. Ex.^a que, de alguma forma,

terá sido agradável, nomeadamente quanto à questão da existência do currículo nacional. De qualquer modo, tenho dúvidas quanto à forma como se fará a articulação das componentes regionais curriculares com o currículo nacional, isto é, se esta coordenação acarretará, de alguma forma, um aumento da carga lectiva para os alunos das regiões.

Por outro lado, com certeza por falta de tempo, o Sr. Ministro não respondeu à questão das carreiras dos professores. Na realidade, o que é que se pode regionalizar em termos da carreira docente? Isto é, será possível existirem estruturas e duração de carreira diferentes ou escalões e índices de vencimento diferentes consoante as regiões? Será possível que a avaliação e a progressão na carreira dos professores seja diferente de região para região? Se isto não é possível, Sr. Ministro, então o que é possível regionalizar-se em termos de carreira docente?

Em termos de gestão escolar, e com isto termino, fico extremamente sensibilizada com o facto de V. Ex.^a aqui, perante os Deputados eleitos também pelos professores, nos assegurar de que não haverá, mesmo com a regionalização da gestão, qualquer perda de autonomia por parte dos professores e das escolas mas, pelo contrário, pelo que depreendi, será aumentada essa capacidade de autonomia e de iniciativa por parte da comunidade envolvente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, começo por dizer que também estou de acordo com a ideia da introdução nos currículos de alguns elementos com carácter regional, mantendo, contudo, uma unidade nacional. Como é natural, é decisivo e importante que tal aconteça.

Mas a questão que gostava de colocar-lhe é outra e está relacionada com o controlo e fiscalização do funcionamento do sistema educativo, designadamente a Inspecção-Geral de Educação. A regionalização que se pré-configura no País trará, como é natural, consequências também ao nível da lei orgânica da respectiva instituição. Ora, no caso das regiões autónomas, que têm uma organização, tanto quanto sei, diferenciada e própria, inclusive com um quadro próprio na estrutura da Inspecção-Geral de Educação local, o Sr. Ministro não concordará comigo que esta ideia de controlo e de fiscalização deveria ter uma unidade nacional, justamente para fazer os *feedbacks* necessários ao sistema e deste a quem o gera politicamente?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, a minha questão vem um pouco na sequência da que o Sr. Deputado António Braga acaba de colocar. Sei que se trata de uma questão sensível, tendo em conta que pode, eventualmente, provocar alguns atritos entre aqueles que se consideram os poderes legítimos, constitucionalmente consagrados, das regiões autónomas e

aqueles que têm a ver com os do Estado central, mas vou, um pouco, em consonância com o Deputado António Braga....

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Vai bem! Vai bem!

O Orador: — Obrigado, Sr. Deputado. Mas podia não ir!...

Como estava a dizer, estou em consonância com o Sr. Deputado António Braga, no sentido de que, segundo o meu entendimento, o papel da Inspecção-Geral de Educação é de natureza e âmbito nacionais, pelo que, sem pôr em causa os domínios específicos das regiões autónomas também na área da educação, aos quais a Inspecção-Geral de Educação não pode, de modo algum, ser alheia, há que relevar e defender a possibilidade institucional e concreta de acção da Inspecção-Geral de Educação em todo o território nacional.

Gostaria, pois, de saber qual é exactamente a opinião do Sr. Ministro sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, as duas questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados António Braga e José Calçada vão no mesmo sentido, mas relativamente à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Rita Pestana gostava de fazer duas ou três considerações sobre o aspecto específico da gestão e das carreiras dos professores.

Em relação à gestão, há dois aspectos que nos parecem essenciais: a democraticidade da gestão e o grau de participação que a gestão deve ter, não apenas por parte do corpo docente mas pela comunidade educativa envolvente, nomeadamente pelos pais, pelas autarquias e pelo tecido empresarial e cultural que envolve a escola.

Neste domínio, Sr.^a Deputada, a questão é simples: as margens de flexibilização muito grandes em relação à gestão das escolas, elaboradas e utilizadas em função da especificidade da escola ou da zona em causa, não podem ser tocadas, isto é, não se pode diminuir o grau de democraticidade e de participação dos vários protagonistas na gestão da escola, não apenas por questões de eficiência mas de melhoria do próprio processo. O processo democrático e participado é, em si mesmo, um processo que aumenta a capacidade da escola para servir a população onde está inserida. Portanto, este aspecto tem de ser salvaguardado.

Em relação às carreiras dos professores, todos os aspectos que referiu têm uma particular sensibilidade e não podem, verdadeiramente, assumir um carácter regional, porque implicam um factor essencial, que é o da coesão nacional e da mobilidade das pessoas, quer dos estudantes, quer do corpo docente. Por isso, quando começarmos a falar em estruturas, em duração de carreiras e na sua negociação, temos de ser particularmente restritivos.

No entanto, há aspectos, sobretudo ao nível da formação, que, na minha opinião, devem ser fortemente regionalizados. A formação, a colocação, a criação de incentivos à fixação, esses, devem ter um carácter regional, porque, de facto, encerram uma especificidade.

Portanto, tal como no *curriculum* temos um núcleo central que importa garantir, na parte dos professores temos de garantir que a mobilidade não seja tocada.

Relativamente às questões colocadas pelos Srs. Deputados António Braga e José Calçada, concretamente aos serviços da Inspecção, estou convencido de que há que distinguir entre unidade e critérios de inspecção. Há aspectos em relação aos quais não faz sentido que exista para o todo nacional uma unidade de inspecção única — e, como sabem, estes serviços estão hoje regionalizados —, havendo, sobretudo, ao nível disciplinar, aspectos que nos parecem dever ser exclusivamente contemplados nessa regionalização.

Em termos de critérios, parece-nos importante garantir a articulação, designadamente no que se refere aos aspectos curriculares, aos aspectos pedagógicos e aos aspectos organizativos.

A Inspecção, como os Srs. Deputados sabem, e o Sr. Deputado José Calçada conhece bem esta matéria, é uma entidade vital no funcionamento do sistema educativo e, por isso, só com critérios acordados entre a entidade que, no todo nacional, garante a lógica de intervenção e aquelas que actuam ao nível regional é possível ter uma inspecção que funcione como um sistema de *feedback*, de alimento, quer às estruturas centrais e regionais, quer às próprias escolas. Portanto, seria altamente indesejável que o sistema das inspecções passasse a ter critérios diferentes nas várias partes do todo nacional.

É necessário garantir que a Inspecção tenha uma lógica de intervenção com alguma pequena especificidade em relação aos aspectos curriculares, estruturais, de avaliação e de sucesso — em termos de sucesso educativo, de processo de ensino/aprendizagem — e que haja uma grande capacidade ao nível regional, no que diz respeito aos aspectos disciplinares.

Julgo que é com este equilíbrio entre o que é definido em termos de critérios nacionais e o que são as aplicações específicas em cada uma das regiões que podemos caminhar no sentido correcto.

O Sr. António Braga (PS): — Exactamente!

O Orador: — Apenas uma observação em relação à diferenciação entre as regiões autónomas e o que poderão vir a ser as regiões no continente, pois há uma diferença que me parece importante: as regiões autónomas têm autonomia política e, portanto, é óbvio que o processo de acerto entre o papel do Governo central e o dos Governos Regionais é manifestamente diferente daquele que se processará com as regiões do continente.

Depois da visita que fiz à Região Autónoma da Madeira, estou convencido de que este diálogo é desejado por todos os protagonistas. Na Região, tive ocasião de conversar com outros protagonistas do processo, para além do contacto com as entidades politicamente responsáveis, e estou convencido de que, com algum bom senso e uma boa capacidade técnica — e esta matéria, tecnicamente, requer uma negociação muito cuidada —, é possível criar um sistema que não ponha em causa os dois aspectos essenciais que já referi e que são a coesão nacional e a mobilidade das pessoas, quer dos estudantes, quer dos professores.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Ministro.

Srs. Deputados, a próxima pergunta vai ser formulada pelo Sr. Deputado Francisco Torres, refere-se à participação de Portugal na terceira fase da união económica e monetária e será respondida pelo Sr. Ministro das Finanças.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, deixe-me dar-lhe as boas vindas a esta Câmara para, espero eu, explicitar a posição do Ministério das Finanças e do Governo sobre matéria tão importante e que julgo de consenso nacional, pois estará em causa o interesse nacional no facto de participarmos mais cedo ou mais tarde, desde o início, nas instituições da moeda única.

Faço esta pergunta ao Governo, porque, como o Sr. Ministro das Finanças se lembrará, algumas alegadas afirmações do Sr. Ministro em Nova Iorque deixaram-nos um pouco preocupados e houve até alguma reacção dos mercados quanto à informação de que não seria grave a participação tardia de Portugal na união económica e monetária. Sei que o Sr. Ministro das Finanças se apressou a desmentir essa interpretação das suas afirmações e reiterou, de imediato, o objectivo da participação o mais rapidamente possível, dizendo que estaríamos até em melhores condições do que a Espanha para entrar na terceira fase da união económica e monetária. O Sr. Primeiro-Ministro também o fez e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros já o disse nesta Câmara.

A ideia do nosso esclarecimento é a de tentar saber, em termos concretos, de que forma se compromete o Governo com este objectivo. Sabemos que se trata de um objectivo do Programa do Governo, e também é um objectivo do Programa do Partido Social Democrata, aliás, daí que se possa falar em consenso, mas gostávamos de saber qual é a concretização deste objectivo.

Estamos todos de acordo que será necessário envidar todos os esforços para estar o mais cedo possível na união económica e monetária. Mas em que é que isso se traduz, em termos de compromisso deste Governo nesta Assembleia? Traduz-se em reiterar um compromisso de 3% de défice orçamental para o ano de 1997? E em que é que se traduz, de facto, a execução da política orçamental para lá chegar? Quais são as cláusulas de salvaguarda deste Governo? Que cortes é que o Governo está a pensar fazer, caso seja necessário, sendo certo que isso depende da evolução do produto e da evolução externa? Que impostos está o Governo a pensar aumentar, se tal for necessário, para respeitar o compromisso de 3%? É que, como sabemos, já foram anunciados pela França e pela Alemanha cortes drásticos em despesas correntes, eventualmente alguns aumentos de impostos ou a manutenção, no caso da Alemanha, do imposto da unificação monetária alemã, mas o que parece é que vai mesmo haver união económica e monetária em 1999.

Em 1998, haverá um grupo de, pelo menos, sete países que estará pronto para arrancar para a terceira fase da união e gostaríamos que Portugal fosse o oitavo país a entrar nesse primeiro pelotão. Mas, para isso, de facto, é necessário um compromisso claro do Governo, até para sabermos que sinais é que o Governo dá de colaboração com o Partido Social Democrata nesta matéria.

Sabemos que há outras questões que nos preocupam, como a relação entre os países que estão dentro e aqueles que ficam de fora, mas não acreditamos que passe a funcionar um «sistema monetário 2», como foi acordado em Verona, porque o Banco Central Europeu nunca intervirá em defesa das moedas fracas; haverá, sim, uma ação unilateral dos países que ficam de fora para tentar minorar os custos. De qualquer forma, não haverá qualquer

...agem em ficar de fora, pois essa situação é bastante grave.

Gostaríamos de saber a opinião do Sr. Ministro a este respeito e julgo que não só o PSD mas também os outros partidos gostariam de ver o Sr. Ministro dar mais esclarecimentos sobre estas questões na Comissão de Assuntos Europeus, que certamente o convidará, se assim o entender.

Para já, gostaríamos de ouvir a sua opinião sobre o compromisso do Governo em matéria de UEM.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro das Finanças dispõe de três minutos para responder, mas se usar mais tempo ser-lhe-á descontado no tempo final.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro das Finanças (Sousa Franco): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Torres, suponho que, neste país, ninguém tem dúvidas, e o Sr. Deputado também não, quanto ao compromisso que o Governo adoptou claramente no seu Programa, a páginas 108 e 129, no sentido de empreender a adopção de políticas tendentes a assegurar que Portugal tenha acesso à terceira fase da união económica e monetária e à moeda única.

Por outro lado, as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Sr. Ministro da Economia e de mim próprio têm afirmado constantemente que se trata de um objectivo prioritário do Governo e que estamos a prosseguir-lo, melhorando notoriamente, em cada dia, a situação que existia quando entrámos em funções.

Neste momento, como sabe, a inflação sobre 12 meses, que se situava em 4,2 ou perto de 4,3 quando iniciámos funções, está em 3,4; o objectivo orçamental para este ano de 4,2% está a ser cumprido e, com referência aos quatro primeiros meses, os indicadores até meados de Maio mais do que confirmam que está a ser cumprido com excesso relativamente às previsões na receita e com contracção quanto à despesa, o que possibilitará até a extrapolação não de 4,2% mas, porventura, de 4%; a estabilidade da moeda mantém-se; as taxas de juro desceram mais desde o princípio deste ano do que nos 16 meses anteriores, nomeadamente as taxas de longo prazo; e, como se sabe, apenas quanto à dívida pública não pudemos programar outra coisa que não fosse a estabilização, porque com dois meses no ano passado já não podíamos fazer nada. Ainda que 0,2 do défice orçamental do ano passado tenha sido diminuído pela nossa acção, repito, quanto à dívida pública, como o Sr. Deputado sublinhou, com dois meses não podíamos fazer nada.

Para este ano programámos a estabilização da dívida pública e tenho muito gosto em anunciar a esta Câmara que, no seguimento das medidas tomadas, é previsível que, mais do que a estabilização, haja uma redução com inversão da tendência, relativamente à dívida pública, ficando entre 69% e 70% do PIB.

Aquilo que o Governo pode apresentar de concreto, nestes seis meses, é a melhoria de todos os indicadores, sendo certo que Portugal, que estava perto do fim — no terceiro lugar a contar do fim —, entre os 15, se encontra hoje em todos os ratings, em todas as classificações, a meio da tabela. Portugal é o melhor candidato do sul da Europa à união económica e monetária, é um candidato sério à união económica e monetária e com o défice orçamental previsto para este ano, em 1997, vamos,

seguramente, realizar os objectivos de um défice do sector público administrativo de 3% e de uma redução, pela primeira vez, em quatro anos, do nível da dívida pública. Isto significa que, em termos de exercício de finanças públicas e de défices excessivos, vamos também preencher os requisitos, melhorando a situação no domínio monetário.

Não há, pois, qualquer dúvida quanto à intenção programática e às acções do Governo, nem há qualquer dúvida quanto à melhoria sistemática da situação, o que nos leva a dizer, com muito mais segurança do que há seis meses, que vamos alcançar esse objectivo.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, de facto, fico mais descansado com este compromisso solene do Governo, na Assembleia da República, porque no Programa do Governo não se falava explicitamente no objectivo dos 3%, apontava-se apenas para ele, como um esforço a desenvolver.

Agora há um compromisso claro e, embora já tivesse sido referido pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, é sempre bom ouvir o Sr. Ministro das Finanças quanto a metas precisas, em termos orçamentais. Contamos, por isso, com um défice menor ou igual a 3% para 1997 e não seria aceitável qualquer coisa superior a isso.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Ministro, que, de facto, a dívida pública continua a parecer-me um critério bastante importante e penso que se podia ir um pouco mais longe. Lembro o Sr. Ministro das Finanças que, em 1992, com o crescimento não muito grande da economia, cerca de 2% ou até menos, a dívida pública caiu cerca de sete pontos do PIB — caiu muitíssimo — e o défice foi de 3,2%.

Não me parece, pois, uma coisa muito difícil de atingir. Passárnos a recessão (de que estamos a sair nos últimos dois anos) e, de facto, a inflação permite augurar um bom resultado em termos de outros indicadores de convergência nominal. Simplesmente, sabemos que a inflação em termos mecânicos vai subir nos próximos meses e o «efeito galinha» ou o «efeito batata», o que se quiser chamar, pode, se não for acautelado, gerar algumas expectativas inflacionistas, o que também nos preocupa, se não houver aqui uma determinação muito grande em dizer como se vai alcançar o défice de 3%.

O Sr. Ministro falou nos quatro meses, de que temos conhecimento, de execução orçamental. É verdade que a despesa tende a diminuir, mas é sobretudo a despesa de investimento, porque, segundo o Banco de Portugal, a despesa corrente terá talvez aumentado. Ora, isso é também um aspecto que nos preocupa, porque estamos a chegar à estabilização, a alcançar algumas metas nominais mas com sacrifício da convergência real, o que foi muito criticado no passado, como sabe, pelo PS, então na oposição.

Não gostávamos de ver Portugal cumprir as metas para chegar ao oitavo lugar com sacrifício da convergência real. Por isso, gostava de ouvir o Sr. Ministro das Finanças a esse respeito.

O Sr. Presidente: — No tempo de um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, congratulamo-nos com as

informações aqui dadas e sublinhamos a importância da participação de Portugal, desde o princípio, no processo da moeda única.

A questão que quero formular é a seguinte: como é que o Sr. Ministro vê as consequências para a economia portuguesa no caso de a Espanha não estar em condições de participar desde o início neste processo? E uma questão complementar: que tipo de consequências vê o Sr. Ministro que possa ter o boicote que a imprensa conservadora britânica começa a referir de ser uma intenção clara do Governo Major, cada vez mais isolado na Europa e no próprio Reino Unido? Que tipo de influência pensa que isso poderá ter na evolução do processo para a moeda única?

Aliás, independentemente do interesse das respostas que certamente irá dar, este é um assunto que talvez conviesse aprofundar, se o Sr. Ministro estiver disponível, em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano ou de Assuntos Europeus ou até em reunião conjunta das duas comissões, porque, como se verifica, o tempo aqui é um pouco apertado.

O Sr. Presidente: — Também no tempo de um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, V. Ex.^a afirmou que as posições de diversos membros do Governo mais não têm sido, relativamente à última fase da união económica e monetária, do que a reiteração do Programa do Governo. De facto, Sr. Ministro, se tivesse sido assim, porventura não faria sentido que lhe fizéssemos qualquer pergunta, porque isso significava que todos os membros do Governo tinham uma posição clara relativamente à última fase da união económica e monetária, no que a Portugal respeita.

Discordo do Sr. Ministro das Finanças, porque, salvo o devido respeito, as opiniões de V. Ex.^a têm tido algumas mutações. Ouvi em directo as declarações que o Sr. Ministro das Finanças fez em Verona.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Presidente, permita-me algum tempo só para terminar.

O Sr. Presidente: — Não há privilégios, Sr. Deputado! Queira terminar.

O Orador: — Ora, em Verona, o Sr. Ministro considerou que uma Europa a várias velocidades era tão bom quantos os vários automóveis que circulam nas autoestradas. E entendi que aderir ao euro ou permanecer no SME I...

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado!

O Orador: — ...com algumas alterações era rigorosamente o mesmo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Carvalho.

O Sr. Silva Carvalho (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, confesso que a questão que lhe

quero colocar tem dois objectivos: por um lado, ouvir uma resposta do Sr. Ministro; por outro lado, esclarecer que um consenso nacional, conforme aqui foi mencionado, não é um consenso entre o PSD e o PS, pois há divergências nesta matéria, como se sabe, assumidas, entre outros, pelo Partido Popular.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Até dentro do PP!

O Orador: — Com certeza, Sr. Deputado!

Mas esta confusão de consenso nacional à volta desta questão dá jeito a essa espécie política em vias de desaparecimento, que são os «euro-optimistas», porém, convém esclarecer que não é bem assim.

Agora, Sr. Ministro, se me permite, colocar-lhe-ia a questão, muito rapidamente, no fundo, um pouco ao contrário, porque a forma como sossegou o Sr. Deputado Francisco Torres desassossegou-me a mim. É que fiquei com a sensação de que o Sr. Ministro, contrariamente àquilo que tinha lido efectivamente na imprensa, em circunstância alguma, e independentemente dos sacrifícios que isso possa impor, admite rever e renegociar a entrada no sistema monetário, seja, repito, quais forem as consequências.

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado!

O Orador: — Portanto, o que pergunto é se V. Ex.^a tem esta visão catastrofista de que se Portugal não aderir imediatamente a esta terceira fase ficaremos no mundo, que é um pouco a imagem que é vendida por estes «euro-optimistas».

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, em resposta à pergunta feita pelo meu colega Francisco Torres o Sr. Ministro fez duas afirmações e penso que não lhe deu uma resposta. Uma das afirmações foi de que havia uma contracção na despesa. É verdade! O que é lamentável é que seja na despesa de investimento, com as consequências que todos sabemos que tem para o desenvolvimento económico e para o emprego no País.

Referiu também que tinha como objectivo um défice na ordem dos 3% para o próximo ano, mas não respondeu à questão que ele lhe pôs, a de saber se isso se vai fazer pela via do aumento dos impostos e, se assim for, quais os impostos que iria lançar para alcançar esses 3%.

Direi mesmo por que é que esta pergunta é essencial. Como o Sr. Ministro sabe, tão bem quanto eu, a análise do valor do défice que estará em causa para a adesão ou não à terceira fase tem a ver com o défice estrutural e não tanto com o valor que ele signifique, pelo que o agravamento do défice estrutural para 1997 é altamente preocupante. O Sr. Ministro das Finanças sabe melhor do que eu que as medidas que este Governo já tomou, em termos de aumento de despesa corrente, é de tal forma gravosa que só com um aumento sério da receita é possível alterar o défice estrutural.

O Sr. Presidente: — Para responder, durante 10 minutos, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, vou responder ainda a uma parte da «pergunta de recarga» do Sr. Deputado Francisco Torres, ficando respondida a do Sr. Deputado Vieira de Castro, que é a mesma.

De facto, vi relatos, quer da conferência de imprensa depois do ECOFIN de Verona, quer da explicação, no tratamento da mesma matéria, da proposta dos Ministros da Economia e das Finanças em Verona para ulterior estudo e deliberação do Conselho Europeu, porventura, no final da presidência irlandesa, explicação que fiz também aos jornalistas portugueses que estavam em Nova Iorque e em Boston, e nunca disse que fosse indiferente entrar para o previsto SME II ou entrar na primeira fase do euro. Isso não disse nunca! Haverá aqui algumas complexidades no funcionamento do mecanismo, mas isso não disse nunca.

Por outro lado, disse sempre aos jornalistas, se o Sr. Deputado ouviu o que eu disse em Verona terá ouvido isso também, que o SME II não estava a ser pensado como aplicável ao caso português, porque Portugal entraria na zona do euro, seria aplicável aos países que não preenchessem, no fim de 1997, os requisitos mínimos de acordo com uma apreciação política a fazer em 1998.

Isso, sim, disse-o, porque resulta das conclusões de Verona, é factual, não é nada que seja apenas uma posição do Governo português, porque é dos 15 governos, que os 15 Ministros da Economia e das Finanças resolveram recomendar ao Instituto Monetário Europeu que se estabelecesse um mecanismo por via do qual os países que não pudessem entrar imediatamente ingressassem no SME II e pudessem aperfeiçoar as suas posições de convergência, de modo a entrar alguns anos depois, sem que esse esforço adicional representasse uma tragédia. Isso, sim, disse, porque foi o que se passou em Verona. Mas, como é evidente, expliquei na altura, expliquei depois, como tenho gosto em explicar-lhe aqui, Sr. Deputado, esses países, manifestamente, continuam a suportar o esforço de uma política sem ter os benefícios dela, porque não têm acesso ao euro e continuam a suportar políticas de restrição que pressupõe o acesso mais diferido ou a manutenção.

Por conseguinte, as duas posições não são equivalentes. O SME II será necessário, há países como a Grécia e a Itália que neste momento já não podem, na declaração dos seus próprios governos, candidatar-se a outra coisa senão a isso, e para esses ou para outros que estejam nas mesmas condições ou em condições semelhantes a intenção dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Verona, foi criar uma situação que não fosse trágica, mas que possibilitasse o máximo alargamento futuro da zona do euro. Portugal apoia essa intenção, porque é do interesse da União Europeia.

Mas isso não tem nada que ver com a posição portuguesa e só houve um jornalista da imprensa escrita que me atribuiu essa posição, o que foi imediatamente desmentido, nomeadamente na Reuter, ao contrário de todas as minhas advertências a Portugal. Os mercados em Portugal não deram importância nenhuma a isso, os políticos deram, porque andam à procura de «coisas», mas não têm razão alguma.

Portanto, o que aconteceu foi a explicação do mecanismo que foi deliberado no Conselho de Ministros Económico-Financeiros como um mecanismo destinado a minimizar a posição dos países que não entrem. Ora, isso não tem nada a ver com a posição de Portugal, visto que

este Governo sempre afirmou a intenção de se esforçar. E mais, as políticas que tem desenvolvido possibilitam o diagnóstico de que vamos fazer isso com uma elevada probabilidade, estando já hoje no meio da escala, numa posição intermédia, que é a melhor da Europa do Sul e que nos possibilitam uma negociação em termos seguros.

Por outro lado, pegando nesta questão da negociação, a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite disse que eu não respondi como é que vamos reduzir o défice para 3%. Pois não! O debate orçamental é a altura apropriada para isso e não lhe vou antecipar aqui opções orçamentais que ainda estão a ser discutidas pelo Governo!

O Orçamento para este ano está a ser executado, foi bem feito, é justo e a aposta da melhoria dos rendimentos da população portuguesa revelou que também por essa via a economia portuguesa tem alguma recuperação, tendo o Orçamento sido, portanto, socialmente justo e economicamente eficiente, e como disse, tal como apresentámos aqui, na devida altura, o Orçamento para 1996, não anteciparemos a discussão do Orçamento para 1997.

Assim, dir-lhe-ei que, tal como reduzimos este ano o défice para 4,2%, ou, porventura, para menos em termos de execução, pretendemos continuar a reduzi-lo.

Mas esteja certa, Sr.^a Deputada, que, tal como o Sr. Primeiro-Ministro já tem dito e eu tenho garantido, o Orçamento vai corresponder a esse objectivo e depois será executado. Não tenha dúvida nenhuma disto, Sr.^a Deputada. Pelo contrário, esteja igualmente certa que vamos reduzir, não direi pela primeira vez porque espero fazer já uma redução e não um mero estacionamento, a dívida pública, para também neste domínio apresentarmos uma descida consistente, tal como é hoje o critério predominante para interpretar a redução do défice.

Sublinhava ainda que, evidentemente, esta redução será, como demonstraremos na altura, uma redução com carácter estrutural, tal como o é a redução para 4,2%, em 1996.

A decisão política a tomar em 1998 é de leitura global e os critérios portugueses, neste conjunto e neste momento, permitem, seguramente, antecipar essa decisão como favorável e não tenho dúvidas de que a redução do défice que vamos conseguir em 1996 e em 1997 terá acentuadamente características estruturais.

A imputação a estrutural ou a conjuntural é difícil, porém ninguém diz que a redução a 3% é estrutural mas, sim, que a redução nominal de 3% deverá corresponder a uma tendência estrutural e isso seguramente será realizado em 1997, tal como o está a ser em 1996.

E, Sr.^a Deputada, não me venha referir as medidas tomadas por este Governo porque, de facto, elas estão demonstrando que um Orçamento com melhor execução nas receitas — já nos primeiros 15 dias de Maio isto também aconteceu — e com melhor execução nas despesas do que o previsto é não apenas realista mas estruturalmente correctivo do défice que herdámos dos vossos governos.

Por outro lado, Sr. Deputado Francisco Torres, evidentemente que o crescimento, este ano, está sendo afectado por factores externos, nomeadamente pela falta de arranque da economia alemã, que tem o peso que conhecemos na economia europeia, e pela reduzida dimensão do arranque autónomo da economia francesa.

No entanto, sublinho que a própria Comissão, na revisão das perspectivas da Primavera, coloca Portugal entre os quatro países com crescimento mais forte e no crescimento revisto para Portugal continua a projectar uma taxa de

crescimento real muito superior à média comunitária, ou seja, pela primeira vez em quatro anos, a própria Comissão continua a projectar ganhos de convergência real para este ano, para Portugal. Isso é que é extremamente positivo, no contexto de dificuldade da economia europeia que este Governo, porque fala verdade, nunca escondeu e sempre caracterizou como é.

Esperamos que, tal como tem sido a posição dos Conselhos de Ministros, haja uma melhoria no segundo semestre, mas a verdade é que neste momento os sinais da economia europeia ainda são débeis, sendo melhores os das economias periféricas, como a portuguesa, a irlandesa, a do Reino Unido e algumas escandinavas.

Portanto, quando dizemos que estamos melhor do que a média europeia e que temos a perspectiva de melhorar em termos de convergência real, a posição da Comissão coincide com a nossa.

Sr. Deputado Silva Carvalho, este Governo nunca disse e eu muito menos — talvez por isso tenhamos sido acusados de ambiguidade, mas ela não existe e creio que toda a gente percebe o que queremos —, que iríamos esforçar-nos por entrar na zona do euro a todo o custo, porque essa expressão significaria que não faríamos um cálculo custo/benefício.

Não é isso que está em causa. Entendemos que existe vantagem muito significativa em entrar na zona do euro e que temos toda a possibilidade de o fazer, mas é evidente que, em cada momento, as propostas que faremos a esta Câmara, no caso do Orçamento, e as que poremos em execução serão propostas realistas.

Repare, Sr. Deputado, que este ano o rendimento disponível dos portugueses aumenta na ordem de 2% em termos reais, porventura mais. A descida da inflação reforça isso e não estou a contar com os ganhos dessa descida, que é o que explica, em boa parte, por que é que os portugueses, ao contrário de uma certa opinião publicada mas que não é a pública, continuam satisfeitos, ou seja, é porque eles sentem que os seus rendimentos reais aumentaram e que foi feito um esforço para que esse aumento fosse distribuído com justiça, que é o ponto fundamental, quer em termos de justiça quer em termos de eficiência económica.

Isto significa que a política não está a ser prosseguida a todo o custo, mas com um cálculo de custo/benefício correcto e procurando, sobretudo, que os portugueses, em particular os mais pobres, tenham este ano melhorias de rendimentos reais como nunca tinham tido desde 1989.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, temos a assistir à sessão uma agradável e copiosa companhia: um grupo de 45 alunos da Academia de Cultura e Cooperação de Lisboa, um grupo de 60 alunos da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, um grupo de 60 alunos da Escola Profissional de Imagem, de Lisboa, um grupo de 80 alunos da Escola EB 2/3 Dr. João das Regras, da Lourinhã, um grupo de 130 alunos da escola CS D. Dinis, de Leiria, e um grupo de 55 alunos da Escola Primária de Lagoços do Bairro. Saudemo-los com toda a simpatia.

Aplausos gerais, de pé.

A próxima pergunta vai ser formulada pela Sr.^a Deputada Isabel Castro. É relativa à estratégia dos resíduos sólidos urbanos, sendo o caso do Taveiro nessa óptica

considerado, e será respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Sr.^a Ministra do Ambiente.

Tem a palavra a Sr.^a. Deputada Isabel Castro, dispondo de três minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto, a questão que nos traz aqui é particularmente sensível, intimamente ligada ao modo absurdo como vivemos, como consumimos e como produzimos.

Trata-se, como sabe, de uma questão chave da política de ambiente, que exige uma abordagem integrada, na medida em que a visibilidade do aumento deste problema exige a adopção de uma estratégia a nível nacional e cuidados na forma de a abordar, ou seja, tudo aquilo que, no passado, o PSD, de todo em todo, nunca fez, porque nunca se preocupou em como ia reduzir os resíduos produzidos, sabendo que, em 10 anos, eles aumentaram 40%, e não soube credibilizar nunca as soluções que quis impor às populações — não promoveu o diálogo, não ofereceu soluções alternativas, não sustentou as suas propostas com estudos credíveis, não permitiu nunca a sua transparéncia processual.

Parece-nos que este problema, que é delicado e, naturalmente, tem reservas por parte das populações, só pode ser ultrapassado se se ganhar a sua confiança, ou seja, se, do ponto de vista processual, todas estas questões foram diferentemente abordadas, deixando de haver estritamente uma visão economicista no modo de impor soluções. Se a única solução que se quer impor é aquela que no imediato parece mais barata, ela pode ser a mais cara, no fundo, para as pessoas, para o ambiente e para a saúde pública.

Trouxemos aqui esta questão e o caso de Taveiro porque nos parece que ele é o caso paradigmático daquilo que, de modo inquietante, pode ser, pela forma como foi tratado, uma guerra de lixos, que pode alastrar, com reflexos extremamente negativos para o País, gerando grande resistência por parte das populações.

Dizemos isto porque o processo não foi nem é transparente. A forma como a Câmara Municipal de Coimbra tratou deste caso é perfeitamente desastrosa, não tendo dado informações ou, quando as deu, fê-lo de modo errado. Lembro, por exemplo, que o número de utilizadores deste aterro, segundo informação da Câmara às juntas de freguesia locais e no protocolo que estabeleceu com o Ministério do Ambiente, é de sete, mas na troca de correspondência com a Junta Autónoma de Estradas fala em 22 utilizadores. São números completamente diferentes e tenho provas daquilo que estou a dizer!

Por outro lado, não há estudos de impacte ambiental para esta solução, não tendo havido ponderação de soluções alternativas. Aliás, foi estritamente a óptica do menor custo que esteve na origem de uma escolha — a ETAR seria conjunta e desde logo se permitiu que o novo aterro fosse construído «paredes meias» com a lixeira em causa — e a Câmara Municipal não é credível junto das populações porque os compromissos que assumiu, designadamente em termos das normas de descarga na actual lixeira, não foram cumpridos por ela própria.

Assim, a minha pergunta é esta: vai o Governo acompanhar ou não este processo, rediscutindo-o e reflectindo, para que ele se conclua correctamente?

O Sr. Presidente: — A palavra ao Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, por três minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, acompanho-a na primeira parte da sua intervenção; porém, infelizmente, já não a acompanho na segunda parte e acho mesmo que ela é reveladora de que aquilo que o seu grupo parlamentar pretende não é ajudar mas complicar.

A Sr.^a Deputada sabe perfeitamente que esta política tem dificuldades e limita-se a explorá-las em vez de ser parte, como é sua responsabilidade, na procura de soluções para ela.

Concordo consigo quando diz que está tudo por fazer. Esse é o sentimento dominante. Contam-se pelos dedos das mãos as infra-estruturas que cumprem as mais modernas e exigentes normas ambientais, no que diz respeito ao tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos; temos mais de 70% dos resíduos sólidos depositados, sem qualquer controlo, em lixeiras, não temos esquemas de recolha selectiva e, portanto, acompanho-a nesse sentimento. Está tudo por fazer!

Mas isto significa que nos devemos lançar para esta batalha com vontade de a vencer e construir uma solução. O País não pode esperar mais porque temos agora uma oportunidade, criada fundamentalmente pelo facto de termos acesso a recursos financeiros críticos para realizar os investimentos ambientais necessários, a qual nos cria uma responsabilidade de sermos capazes, no âmbito deste quadro comunitário de apoio, de ter uma resposta positiva a esta questão.

Qual a política que estamos a seguir? É muito simples, Sr.^a Deputada, é uma política de limpar o País e todos os investimentos que vamos fazer têm três componentes: em primeiro lugar, recuperar e encerrar todas as lixeiras, acabando com elas; em segundo lugar, construir modernas infra-estruturas de tratamento e destino final, como a que vamos construir em Coimbra; finalmente, lançar as bases de uma política de recolha selectiva.

Isto é o que e se está a fazer em Coimbra e, Sr.^a Deputada, desculpe-me que lhe diga mas não é o Governo que se ocupa destas infra-estruturas, o que é um ponto delicado desta política, pois compete às câmaras municipais proporem uma localização e ao Ministério do Ambiente garantir apenas que essa localização se faz num terreno adequado a uma infra-estrutura daquele tipo.

Aquilo que a Sr.^a Deputada disse não é verdade, pois disse que não houve transparência no processo. Quer mas mais transparência do que, desde 1989, a Câmara Municipal de Coimbra se ter esforçado por arranjar uma solução? Mais transparência do que se ter discutido, ao nível municipal, no PDM, a localização dessa infra-estrutura? Mais transparência do que se ter feito um estudo de impacte ambiental, que, como sabe, não é necessário fazer para aterros municipais? Se não sabe que isto é assim, fica a saber!

Quando fala em populações, não confunda, porque podemos perceber que as populações que vivem perto desse local se oponham, o que é um interesse legítimo, mas isso não representa a população. Em minha opinião, a única forma de solucionar o problema é percebermos todos que há um interesse divergente entre as populações que vivem perto e o interesse regional e, sendo esse interesse divergente, a única forma de resolver o problema é a contratualização.

A sua intervenção e o facto de ter trazido esse assunto a esta Câmara como um paradigma da política de resíduos

sólidos urbanos contribui apenas para agravar as dificuldade e não para procurar a solução, o que quer dizer que a Sr.^a Deputada, com a sua intervenção, faz parte do problema mas não faz parte da solução.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, dispondo de dois minutos.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, vou usar os dois minutos para responder, nos termos regimentais, e depois reservo-me o direito de protesto, porque não é exactamente nos termos da resposta...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, não pode ser porque, regimentalmente, não há protestos a pedidos de esclarecimentos nem às respectivas respostas.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, tem de haver uma figura regimental que o permita, porque o Governo colocou questões que não estão no estrito âmbito da pergunta...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, as figuras regimentais são as que são; podemos alterá-las, mas enquanto não o fizermos ...

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, nesse caso, julgo que podemos e devemos fazê-lo, porque são manifestamente inadequadas para o tipo de fiscalização que nos compete fazer.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de usar da palavra, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Primeira questão: não admito a nenhum membro do Governo, qualquer que ele seja, que faça declarações de intenção sobre o que Os Verdes têm ou não subjacente às suas perguntas. Exercemos direitos regimentais e constitucionais e ao Sr. Secretário de Estado não cabe fazer juízos de valor dessa natureza.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Creio que em todo este processo existe opacidade e, Sr. Secretário de Estado, posso dizer-lhe, provar-lhe e mandar-lhe a documentação respectiva para que se possa fundamentar antes de vir ao Parlamento.

Independentemente do protocolo estabelecido entre a Câmara e o Ministério para ter acesso aos fundos para a construção deste aterro, o número de utilizadores não é de sete câmaras. Posteriormente, houve uma troca de correspondência com a Junta Autónoma de Estradas, em que se diz que, na óptica da construção do aterro sanitário, há 22 câmaras que o vão utilizar. Isto é falta de transparência!

Segunda questão: o Sr. Secretário de Estado referiu aqui que não é preciso haver avaliação do impacte ambiental. Pergunto-lhe: politicamente parece-lhe correcto que não haja? Politicamente é correcto manter o procedimento que o PSD tinha em relação a esta matéria? Se é esse o seu entendimento, então, seguramente, vai ter muitas «guerras do lixo» e continuar a utilizar a repressão e a GNR. Não sou partidária desse caminho e penso que só é credível uma solução fundamentada, o que não acontece neste caso. Não houve diálogo e sugiro-lhe que oiça as juntas e as

assembleias de freguesia locais — que são do seu partido e não do meu —, que lhe podem dizer o que pensam acerca desta matéria.

Terceira questão: se compete ao Governo garantir uma adequada localização, o que lhe peço é que prove e entregue a documentação respectiva, o tal estudo de impacte ambiental e as conclusões técnicas a que se chegou relativamente a essa localização. Creio que só são credíveis soluções se a própria Administração der provas de que é capaz de cumprir aquilo que prometeu. A Câmara Municipal de Coimbra aprovou, em 2 de Março de 1995, um regulamento para as próprias descargas na lixeira, mas, no que respeita às sucatas, aos resíduos industriais, aos pneus e baterias e em relação a muitas coisas que se tinha comprometido fazer junto da população, até hoje ainda não o fez. Visite o local, verifique as condições de segurança e veja se este é um caminho para ganhar credibilidade e convencer as populações de que os lixos têm de ser tratados correctamente.

O Sr. Presidente: — Para fazer uma pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a Câmara Municipal de Coimbra está particularmente atenta à situação da lixeira do Taveiro e não está interessada no espectáculo. As questões do ambiente são demasiadamente sérias para que possam ser transformadas em espectáculos e esse é um mau serviço que se presta à comunidade.

Não posso deixar de manifestar uma opinião de que muita gente comunga: não há nenhum partido que seja dono das questões do ambiente e todo aquele que o quiser fazer está também a prestar um mau serviço à questão ambiental. A Câmara Municipal de Coimbra quer resolver esta situação de forma séria e, nesse sentido, está previsto selar a actual lixeira e construir um aterro sanitário, com todas as condições de segurança.

Sr. Secretário de Estado, a questão que coloco é esta: informe a Câmara e o País sobre as características técnicas do aterro que está previsto construir em Taveiro.

O Sr. Presidente: — Para formular um pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, gostava de colocar-lhe uma questão que se prende com o tratamento dos lixos e resíduos sólidos.

Concordo consigo quando diz que esta é uma matéria muito importante e que deve ser resolvida o mais depressa possível, quer na base de estudos técnicos fundamentados sobre as soluções a adoptar, quer na base da contratualização e do diálogo a estabelecer com as autarquias locais, que devem também contribuir para a definição dos locais e para a adopção de uma estratégia nesse domínio.

No entanto, V. Ex.^a conhece, com certeza, a resistência das populações à localização dos aterros sanitários. A minha pergunta é a de saber se o seu Ministério tem consciência disso e qual é a acção pedagógica que está a pensar levar a cabo no sentido de esclarecer não só as razões técnicas da escolha dos locais mas também as populações, fundamentando a necessidade de ter uma solução enquadradora dos lixos e dos aterros sanitários em contrapartida à má qualidade de vida que teríamos de

enfrentar se isso não fosse feito. Qual é a acção pedagógica que o Ministério vai desenvolver em colaboração com as autarquias?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, fique a saber que não me inibo de fazer críticas. Só faltava que o Governo fosse o único que pudesse estar sujeito a críticas e os grupos parlamentares não. Não a critiquei nas suas intenções mas, sim, no resultado da sua acção política, que tem contribuído para prolongar o problema e não para encontrar uma solução. Peço desculpa, mas não percebo essa hipersensibilidade de Os Verdes. Era o que faltava que só os outros partidos fossem merecedores de críticas e que os senhores tivessem acima de tudo isso. É-me também legítimo dirigir-lhe uma crítica e foi isso que fiz — de resto, é assim que funciona a democracia.

Não há qualquer opacidade e V. Ex.^a sabe perfeitamente o que é que se vai fazer: um sistema multimunicipal, que vai recuperar e encerrar todas as lixeiras do distrito de Coimbra, vai criar três grandes infra-estruturas que irão servir o distrito de Coimbra e de Aveiro — uma em Coimbra, outra em Aveiro e outra na Figueira da Foz —, lançando as bases de uma recolha selectiva e fazer uma gestão adequada e empresarial dos resíduos sólidos urbanos daquela zona do país.

Provavelmente, vamos ter uma «guerra dos lixos». É preciso analisar este problema com serenidade, entender as suas motivações, ver que há interesses divergentes e procurar fazer uma contratualização. O que não podemos fazer, Sr.^a Deputada, é alimentar essa «guerra do lixo» e criar alarmismos, que foi o que V. Ex.^a fez quando foi a Coimbra dizer que alguns resíduos industriais estavam a ser a depositados e coisas do género. Coimbra está a tentar solucionar o problema e arranjar uma solução, não criando novos problemas. Portanto, renovo-lhe uma crítica: o seu discurso político visa apenas aproveitar as dificuldades desta política e não contribuir para a sua solução.

Sr. Deputado João Rui de Almeida, Coimbra está a levar a cabo uma acção que visa melhorar os padrões ambientais da sua região. Mal se comprehendia que uma câmara municipal se empenhasse e travasse uma batalha política muito difícil, com investimentos muito volumosos, se não fosse para solucionar este problema. Como as coisas estão é que não pode ser e as pessoas não podem exigir mudança e, ao mesmo tempo, que tudo fique na mesma. Coimbra lançou um projecto e vai adjudicá-lo no sentido de encerrar e recuperar a lixeira actual e criar uma infra-estrutura moderna que obedeça a todas as exigências ambientais que hoje se fazem a nível da Europa. Isto está escrito numa proposta directiva sobre aterros que vai ser aprovada e que exige que todos eles tenham uma impermeabilização, um aproveitamento do biogás, um tratamento das águas lexivantes, uma gestão adequada e equipamento, transformando, naturalmente, essas infra-estruturas em algo de muito caro. É isto que Coimbra está empenhada em fazer e para isso contará com todo o apoio do Governo. Esta política pretende limpar o País e dar uma solução inteligente a este problema.

O Sr. Deputado António Braga pergunta-me como é que o Governo está a pensar resolver as dificuldades desta política. Sr. Deputado, há um segredo para o êxito e que consiste em haver uma concertação estratégica permanente

entre o Governo e as câmaras municipais. Sem essa concertação isto é impossível de fazer. Nada se poderá fazer...

O Sr. José Calçada (PCP): — Isso é um segredo de polichinelo.

O Orador: — Bem sei, mas nos últimos dois anos o insucesso desta política deveu-se justamente a uma incapacidade de diálogo entre o Governo e as câmaras. Esta foi uma realidade que pude verificar no terreno e pergunte aos autarcas o que pensam sobre isso. O que é que se passa? É muito simples: nada pode ser feito — e foi isso que fez o anterior governo! — contra, apesar ou sem as câmaras. Tudo tem de ser feito com as câmaras municipais e, em vez de lhes impor soluções, há que procurar estabelecer com elas uma parceria estratégica que permita que estas sejam agentes e actores ambientais de primeiro plano.

Temos, pois, de ajudar a criar essas infra-estruturas, o que tem muitas dificuldades, sobretudo naquilo que tem a ver com a sua localização. A primeira grande dificuldade resulta do facto de não termos bons exemplos em Portugal, pois está tudo por fazer. Se quisermos mostrar aos portugueses o que queremos fazer temos de ir a Espanha ou a França, porque, em Portugal, contam-se pelos dedos de uma mão as infra-estruturas que cumprem todas essas exigências ambientais. E aí está um problema de credibilidade da política que herdámos e que vamos procurar resolver. Infelizmente, mesmo com toda a nossa vontade, possivelmente, só em 1997 teremos sistemas multimunicipais a funcionar, no sentido de poder dar uma credibilização a esta política que permita dizer a todos os portugueses que estamos empenhados em resolver o problema, em construir uma solução. Uma coisa fica aqui muito clara: nunca mais remeteremos este dossier dos resíduos sólidos para o fundo da nossa agenda política. Esta política vai ser seguida com serenidade, mas com muita firmeza, pois estamos convencidos de que a tarefa de limpar é um dos actos mais importantes da política de ambiente e da modernização do País, e para podermos apresentar com mais orgulho esses indicadores ambientais como uma expressão do nosso desenvolvimento.

O Sr. Ruben de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ruben de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, quando V. Ex.^a tomou posse disse que a essência do seu programa tinha a ver com a dignificação desta Casa, objectivo esse que foi subscrito por todos os grupos parlamentares, inclusivamente pelo meu. Assim, gostava de perguntar-lhe se algumas das declarações que já hoje aqui foram proferidas por membros do Governo estão de acordo com esse objectivo que a todos deveria ser comum de dignificação desta Casa.

Numa das suas respostas o Sr. Ministro das Finanças disse que uma determinada reacção a afirmações que lhe foram atribuídas não preocupou os mercados mas, sim, os políticos. Daí tiro a conclusão de que, no entender do Sr. Ministro das Finanças, há uns políticos que são as pessoas desta Casa e outros que não o são, no número dos quais aparentemente se inclui. Esta conclusão parece-me perigosamente próxima de campanhas que visam o

desprestígio desta Casa, da sua intervenção na democracia e na fiscalização da acção governativa.

Na resposta que deu às perguntas da Sr.^a Deputada Isabel Castro o Sr. Secretário de Estado fez processos de intenções e disse uma coisa que é verdadeiramente grave: que a oposição de um partido político, manifestada através das intervenções e das acções dos seus Deputados, constitui não um legítimo direito democrático e um legítima intervenção democrática mas, sim, um agravamento de uma situação e algo que vai contra os interesses do País. Quando se identificam as políticas do Governo com os interesses do País e as críticas às políticas do Governo com ataques ao País estamos muito mal e a não seguir um caminho que vá no sentido da dignificação do Parlamento, sede da democracia.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, ouvi com toda a atenção as suas palavras. Como é evidente, continuo fiel ao meu propósito de prestigiar o Parlamento, agradeço o contributo de todos para me ajudarem a reforçar esse prestígio mas, para ser muito sincero, não vi que o que se passou aqui, esta manhã, não caiba na normal vivacidade do debate parlamentar. Nada vi que justificasse uma intervenção correctiva da Mesa, por isso essa intervenção não existiu. Compreendo que possa ter desagradado uma expressão ou outra, mas a vivacidade do debate também é um elemento de prestígio do próprio Parlamento.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente, para o mesmo efeito que o Sr. Deputado Ruben de Carvalho utilizou a palavra. Não sei qual a figura regimental que foi invocada, mas pretendo usar a mesma.

O Sr. Presidente: — Tratou-se de uma interpelação à Mesa. Para tal, tem a palavra, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, não quero «entornar» a manhã calma que tem vindo a decorrer, mas não posso deixar de referir uma deslealdade parlamentar inusitada, não só da bancada do PCP como, em particular, no Sr. Deputado Ruben de Carvalho, que é fazer uma intervenção de crítica dura ao Sr. Ministro das Finanças depois de ele ter estado aqui sentado e ter respondido às questões, e agora ser-lhe dirigido este ataque depois de ele se ter retirado e não estar aqui em condições para responder. Não vou dizer rigorosamente mais nada.

Creio que, para o Sr. Deputado Ruben de Carvalho, é a primeira legislatura em que exerce funções nesta Câmara, pelo que não teve a experiência do que foram dez anos nesta Casa de relacionamento entre o governo de então e a Assembleia da República porque, se tivesse essa experiência, não teria dito sobre o actual Governo aquilo que disse. Nós podemos dizer tudo o que quisermos sobre o actual Governo excepto uma coisa que, em consciência, ninguém pode dizer, e eu sei que ninguém, nem mesmo na sua bancada, o diz em consciência: é que este Governo não tem sido escrupuloso no relacionamento com a Assembleia da República. Devo até dizer que se for ver qual era o estilo das perguntas que anteriormente eram

seleccionadas para estas manhãs de sexta-feira e as que este Governo tem seleccionado, há uma coisa de que pode ter a certeza: é que, se não quiséssemos responder, teríamos escolhido, por exemplo, relativamente a Os Verdes, a pergunta inócuia que vinha em alternativa a esta do aterro do Taveiro, que era uma coisa vaga do género «a participação na definição da política do ambiente».

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Deve estar a brincar! Só pode estar a brincar!

O Orador: — Era uma coisa excelente, era uma coisa calma e serena... Mas não! O Governo não tem fugido à escolha das respostas incómodas.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, agradeço que termine porque não está a fazer uma interpelação à Mesa, como, aliás, o Sr. Deputado Ruben de Carvalho também não fez.

O Orador: — Sr. Presidente, tive o cuidado de dizer que não tinha retido qual a figura que o Sr. Deputado tinha utilizado. Limitei-me a dizer que seria a mesma.

O Sr. Presidente: — Sim, mas o cuidado não absolve o abuso da figura.

O Orador: — Sr. Deputado Ruben de Carvalho, acho que tem todo o direito de criticar qualquer membro do Governo, inclusive, o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ruben de Carvalho (PCP): — Muito obrigado!...

O Orador: — Mas manda a lealdade parlamentar que as críticas sejam dirigidas cara a cara e que não se aguarde que o membro do Governo saia da Sala para depois o atacar pelas costas. Isso é que acho que é muito feio!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Sr. Presidente, para defesa da minha consideração pessoal.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado Adjunto, pode defender desde já a consideração da bancada do Governo mas a pessoal terá de ficar para o fim.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Então, nesse caso, defenderei a consideração da bancada do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, sinto-me pessoalmente ofendido pelo que foi dito pelo Sr. Deputado Ruben de Carvalho. Na minha concepção de democracia, a crítica e o debate elevam e dignificam esta Casa. Dirigi críticas ao Partido Ecologista Os Verdes e sinto que, com isso, contribuí para a dignificação desta Casa e não o

contrário. Só concepções políticas pouco democráticas é que podem entender a crítica e o debate como algo menor nesta Casa e nesta democracia.

Além disso, também não aceito, da minha parte, nenhuma lição de moral sobre a dignificação desta Casa. Sr. Deputado, fica a saber que tenho muito respeito por esta Assembleia e muito respeito pela democracia. Aqui vivi oito anos como parlamentar e sinto que dei o melhor de mim próprio para a dignificação desta Casa e espero fazê-lo enquanto membro do Governo.

Portanto, não aceito isso de ninguém e acho imprópria a consideração de um estatuto de superioridade no que diz respeito à dignificação do debate e da Assembleia da República.

Também não aceito lições sobre dignificação, ou modos de dignificar Câmaras democráticas, ou lições de democracia. Não aceito isso, peço desculpa, sinto-me pessoalmente ofendido e, desta forma, protesto contra as suas palavras.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Ruben de Carvalho.

O Sr. Ruben de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, quero fazer apenas duas rápidas observações.

Quero informar o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares que sou completamente inocente acerca da saída do Sr. Ministro das Finanças — não tenho nisso qualquer responsabilidade! Não lhe pedi para sair e ele saiu de sua livre vontade!

Risos do PSD.

Não me parece que o facto de ele ter saído deva constituir um coartar daquilo que devo dizer.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, já que estamos em matéria de não admissões, devo dizer-lhe que, francamente, uma que não admito é a afirmação de ataco seja quem for pelas costas. Poupo-me dar-lhe alguns argumentos e alguma história para dizer que isso não é o meu estilo nem o do partido a que pertenço.

Relativamente ao protesto formulado pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto, devo dizer-lhe que as suas observações confirmam, de certa forma, aquilo que eu disse. O problema é que V. Ex.^a tem a sua opinião e eu tenho a minha: entendo que a forma como as coisas foram ditas e foram apresentadas não é consentânea com a dignificação desta Assembleia, e V. Ex.^a entende o contrário. Fica a crítica feita e fica a sua resposta dada. Cabe, como tudo o que se passa nesta Assembleia, ao povo português e aos eleitores julgarem quem defende efectivamente esta Assembleia e o seu papel democrático, e quem não o defende ou não o respeita.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para defesa da honra da bancada, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, em nosso entendimento, não prestigia muito a Assembleia o

facto de se ter de recorrer a figuras regimentais para fazer afirmações sobre o que se passa neste Parlamento. O Sr. Secretário de Estado, na sua intervenção, aquilo que disse foi «pior a emenda que o soneto», porque se queria alimentar polémica e queria ser ofensivo conseguiu-o e de modo arrogante. Parece-me que isso não é nada que prestigie a chamada nova cultura política, de que o seu Governo se diz tão acerrimamente defensor.

Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, quanto às suas considerações, das duas uma: ou são feitas na maior das ignorâncias ou têm juízos de valor que, uma vez mais, não lhe cabe fazer sobre as perguntas que os grupos parlamentares formulam ao Governo, designadamente a tal questão da participação dos cidadãos em política de ambiente.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Ora essa!

A Oradora: — Tiro uma conclusão: é que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares não percebe nada de ambiente. Isso, enfim, poder-se-á dizer que não é sua competência perceber. Mas não lhe cabe a si fazer juízos de valor sobre o que é que os outros entendem ou não e sobre a importância ou não que os outros atribuem às questões que levantam. Qualquer grupo parlamentar é livre de fazer perguntas ao Governo e, por que o regime também não é particularmente democrático, o Governo é livre de fazer a escolha daquela a que quer responder, ou seja, fiscaliza por encomenda; esse é um procedimento que tem a ver com o Regimento, com o qual não concordamos, contra o qual votámos isoladamente, mas essa não é a questão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, estamos numa situação original: quando o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente se refere a Os Verdes, o PCP sente-se ofendido; quando eu respondo ao PCP, são Os Verdes que se sentem ofendidos!

Sr.^a Deputada Isabel Castro, sejamos claros: a frontalidade do debate pressupõe que os senhores avaliem o Governo, mas o Governo não pode avaliar a Assembleia da República — obviamente que o Governo nunca o faria. Contudo, há-de compreender que o Governo não é propriamente um grupo de autómatos que está aqui para não ouvir o que é dito, mas que os membros do Governo têm todo o direito, que exercerão, de avaliar politicamente a actuação política dos grupos parlamentares, dos Deputados e também da Sr.^a Deputada.

Por isso, aquilo que eu disse sobre as perguntas que a Sr.^a Deputada fez, reafirmo-o e continuo a dizer o mesmo: se o Governo quisesse escolher perguntas cómodas, escolhia a pergunta anódina sobre a participação dos cidadãos na política do ambiente, a Sr.^a Deputada diria generalidades, o Governo diria generalidades e estávamos calmos e serenos; mas o Governo não foge a ser questionado nesta Assembleia da República e não foge aos temas que são difíceis e delicados e, quando têm esses, enfrenta-os.

Quanto ao Sr. Deputado Ruben de Carvalho, quando ele for lá fora fumar um cigarro, eu responderei.

O Sr. Ruben de Carvalho (PCP): — Não fumo! Portanto, vai ser difícil!

O Sr. Presidente: — Para formular a próxima pergunta sobre a variante à estrada nacional n.º 10, dirigida ao Secretário de Estado das Obras Públicas, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Que não saia agora o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente! Espere mais um bocadinho, porque isto também tem a ver consigo!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, congratulo-me com o facto de que, após algumas semanas de termos agendado esta pergunta, finalmente o Governo vir responder a ela, não sei se por ser uma pergunta inócuia se por ser uma pergunta complicada e problemática. De qualquer maneira, congratulamo-nos com isso.

Uma dúvida que tínhamos, mas que foi desfeita, obviamente, era qual o Ministério que viria responder a esta pergunta. Veio o do Equipamento, através do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, mas nós tínhamos dúvidas sobre qual seria o Ministério que estaria em melhores condições de o fazer. É que, tendo em conta a importância das acessibilidades na própria qualidade de vida, no dia-a-dia dos cidadãos, especialmente na periferia das grandes cidades e, neste caso, de Lisboa, e tendo em conta também o caos em que estão muitas destas situações de acessibilidades, nomeadamente a grande problemática da estrada nacional n.º 10 e do congestionamento que, diariamente, sofre e que tem consequências muito graves para a vida dos cidadãos que a utilizam, nos causa alguma preocupação a situação de confusão e de indefinição que tem vindo a público sobre estas matérias, concretamente em relação à chamada variante à estrada nacional n.º 10.

Quanto a isto, gostaríamos de saber se, de facto, houve ou não um embargo, partindo do Governo, à construção e continuação das obras desta variante. Isto é, esta questão liga-se, evidentemente, às questões do impacte ambiental e do respectivo estudo de impacte ambiental que terá existido e terá tido conclusões, pelo que também seria necessário que fossemos aqui esclarecidos sobre esta matéria, sobre as conclusões a que chegou esse estudo e o reflexo disso na variante aqui em debate.

Por outro lado, queremos mostrar também a nossa preocupação, tendo em conta que esta é uma questão que, claramente, está relacionada não só com o problema das acessibilidades àquela «corda» do concelho de Loures, da zona oriental do concelho, mas também tem a ver com as questões das acessibilidades, quer à EXPO 98, quer à estação de mercadorias da CP, quer à futura estação de tratamento de resíduos sólidos em S. João da Talha. Julgamos que há razões mais do que suficientes para que, de uma vez por todas e para sossego e conhecimento dos cidadãos, dos partidos políticos e de todas as instituições que se relacionam com esta matéria, se concretize qual é a posição do Governo em relação à variante à estrada nacional n.º 10: se se mantém o compromisso de a construir e qual é o prazo de concretização, para quando é que está previsto, tendo em conta a problemática da

EXPO 98 e da necessidade desta via para o bom funcionamento dessa exposição.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas (Crisóstomo Teixeira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com prazer que sigo estas consequências da alternância democrática, mudando de posição no hemiciclo. Relativamente às questões formuladas pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, espero responder sem me sentir excessivamente constrangido pelas anteriores alegações do Sr. Deputado Ruben de Carvalho.

Devo dizer que também tive algumas dúvidas quanto à possível natureza da questão que me pudesse ser colocada, tal como o Sr. Deputado terá tido dúvidas sobre quem lhe iria responder, mas as questões estão formuladas e, com todo o gosto, procurarei responder.

Em primeiro lugar, fazendo notar que partilho com o Sr. Deputado, como partilharei com a generalidade dos Srs. Deputados deste hemiciclo, as preocupações pela problemática da mobilidade e da qualidade de vida na zona em questão, onde cerca de 40 000 habitantes estão encravados sem poderem auferir dos benefícios da EN 1, da linha de caminho de ferro do norte, com uma EN 10 diariamente congestionada. Hoje, às 7 horas e 20 minutos, de acordo com o boletim de tráfego da TSF, atingia cerca de 1500 metros de comprimento para entrar em Lisboa.

Ora bem, relativamente à pergunta específica que me colocou, dir-lhe-ia que a existência de embargo ou não embargo se refere às obras efectuadas ilegalmente, sendo essa a natureza do despacho produzido pelo Ministério do Ambiente. As obras em curso, que correspondem à chamada primeira fase da variante à EN 10, entre a zona da Bobadela e o futuro nó da CRIL com a nova travessia do Tejo (obras da primeira fase) tiveram o seu estudo de impacte ambiental realizado, aprovado pelo Ministério do Ambiente, estão a ser efectuadas legalmente de acordo com esse estudo de impacte ambiental e com a aprovação do Ministério do Ambiente e, porque não têm qualquer contacto com a zona de protecção especial do estuário do Tejo, não se coloca nenhum problema de ilegalidade. As obras que poderiam «cair» sobre o âmbito deste embargo localizar-se-ão necessariamente na zona de protecção exclusiva onde se afigura que, com carácter clandestino, embora sem intervenção de nenhum dos empreiteiros ligados à construção da EN 10, se terão verificado alguns despejos de materiais de aterro.

Relativamente ao compromisso de o Governo construir ou não a estrada, este compromete-se a seguir os processos legalmente instituídos para a construção de uma estrada desta natureza que, como sabe, compreendem a elaboração de um estudo de impacte ambiental e a sua discussão pública que neste momento está efectivamente a correr. Ainda ontem à noite, em S. João da Talha, teve lugar uma sessão pública de discussão e debate.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Secretário de Estado. Terá mais tempo no fim.

O Orador: — Todavia, entendemos que da análise desse estudo não resultam elementos insuperáveis à

construção da dita EN 10. Não podemos excluir, contudo, que questões de ordem processual levantadas por problemas colocados por associações ambientalistas possam suscitar questões difíceis de resolver que, de alguma forma, poderão retardar o programa inicialmente previsto.

O Sr. Presidente: — A palavra ao Sr. Deputado Bernardino Soares, para replicar, querendo.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, depreendo das suas palavras que já houve uma concertação de posições e acordo entre os Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e o do Ambiente em relação a esta matéria, o que muito me apraz, pois permite que o Governo tenha uma posição uniforme com vista à resolução deste problema e à concretização do compromisso assumido. De facto, julgo que me é permitido apontar, sem que isso melindre a bancada do Governo, que a sua resposta não foi absolutamente concretizadora. Isto é, julgamos que nesta altura já seria plausível que o Governo nos pudesse informar, no caso do estudo de impacte ambiental e a sua discussão pública vir a concluir pela inviabilidade do traçado até agora previsto, se há alternativas — e quais são — para resolver o problema que existe e com o qual o Sr. Secretário de Estado também concordou, das acessibilidades a Lisboa e às zonas periféricas que neste caso estamos a discutir.

Julgo também que seria importante que nos fosse dada informação em relação à posição que a União Europeia, nomeadamente a Comissão Europeia, tem sobre estas matérias e se esta posição e esta intervenção da União Europeia poderá ter alguma influência na concretização do compromisso assumido pelo Governo e na concretização da resolução desta necessidade das populações daquela zona.

Finalmente, para reforçar aquilo que tinha perguntado inicialmente, não considera fundamental o acesso à EXPO 98 que condicionará deste modo os prazos e a necessidade de se construir esta variante à EN 10.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Aliás, hoje, a bancada do Governo está especialmente apetrechada sobre esta questão e, por isso, certamente teremos uma resposta esclarecedora.

Nesse sentido, gostaria que nos esclarecesse se este relacionamento com a problemática da EXPO 98 não justificará uma intervenção atempada e urgente, também nesta perspectiva e tendo em conta esta necessidade.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — A palavra, para um pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado Manuel Vargas.

O Sr. Manuel Vargas (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, foi com alguma surpresa que há tempos atrás assistimos à decisão, em nosso entender precipitada, do Ministério do Ambiente de embargar as obras em curso do primeiro lanço da variante

à EN 10, entre o nó da Portela e o da Bobadela. Felizmente, o bom senso e os estudos entretanto feitos vieram evidenciar aquilo que toda a gente, à primeira vista, entendeu: que esse primeiro lanço não tinha de facto impactes ambientais negativos e, consequentemente, a obra está em curso e vai ser decerto concluída.

Veio depois — e de facto com bom senso — reconhecer-se a necessidade de se proceder a um estudo de impacte ambiental relativamente ao segundo lanço, entre o nó da Bobadela e Santa Iria de Azóia. O Sr. Deputado Bernardino Soares, porventura, não terá lido ainda esse relatório — eu tive o cuidado de ler os enormes volumes desse relatório — e, em meu entender, e gostava de saber se o Sr. Secretário de Estado partilha dessa opinião, desse estudo de impacte ambiental e das suas conclusões não resultam impactos negativos de tal modo significativos que não possam ser reduzidos ou minimizados, ou seja, qualquer caderno de encargos hoje...

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

... pode conter em si esse nível de exigências, sendo facilmente concretizável.

Sr. Secretário de Estado, o dia 22 de Maio de 1998 já é próximo, faltam dois anos para a EXPO 98 e a sua existência sem esse escoamento de tráfego torna-se incompreensível, pelo que é urgente que se avance com essa obra. Qual é a sua opinião?

O Sr. Presidente: — A palavra, para um pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, perante as suas palavras e de acordo com a importância desta acessibilidade a Lisboa, nomeadamente o acesso norte da EXPO 98, para além das questões das acessibilidades de toda a zona dos concelhos de Loures e de Vila Franca de Xira, era importante que nos dissesse claramente se o Governo assume ou não o compromisso de concretizar esta segunda fase até 1998, até ao início da EXPO 98. Como já houve declarações públicas em sentido contrário sobre esse aspecto, deveria dizer-nos claramente quais são as intenções do Governo.

Há ainda uma outra questão que se pode colocar de imediato e que é a que diz respeito ao terceiro troço da variante à EN 10. O Governo tenciona ou não continuar os estudos para este terceiro troço da variante à EN 10, que é essencial, até Alverca?

O Sr. Presidente: — A palavra ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, para responder às questões que lhe foram colocadas.

O Sr Secretário de Estado das Obras Públicas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, a concertação dentro do Governo é permanente, simplesmente a sensibilidade dos serviços públicos às intervenções externas nem sempre passa e ainda bem que não passa, porque é reveladora de alguma independência, pela concertação entre os ministérios.

No entanto, a pressão das associações ambientais é hoje um dado e entendo que não deve ser ignorada nem

escamoteada e deve ser efectivamente considerada e isso terá levado o Instituto da Conservação da Natureza e a Reserva Natural do Estuário do Tejo a colocarem questões, mal fundamentadas na minha perspectiva, pois que eles próprios reconheceram posteriormente não terem avaliado devidamente, na medida em que não tinham identificado os limites da zona de protecção especial.

De qualquer forma, como há pouco tive oportunidade de referir, a natureza do embargo recomendado pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais é textualmente a de que o ICN deverá proceder ao embargo das obras efectuadas ilegalmente, não assumindo quais as obras que efectivamente tinham sido feitas ilegalmente. Caberia, portanto, ao ICN detectar quais e proceder *a posteriori* ao respectivo embargo. Por isso, não esteja tão preocupado relativamente à temática da conservação.

Como lhe referi, o Governo não se limita a pagar *little services* pelas normas dos estudos de impacte ambiental, mas está efectivamente preocupado com o desenrolar do processo e não procura apressar as fases. Como estamos preocupados com o processo, entendemos estudar alternativas para a possibilidade de um elemento viário desta importância não poder ter sequência dentro dos prazos previstos.

Aliás, gostaria de referir que em nenhum momento esteve pensado que o efeito de qualquer dos segmentos da variante à EN 10 pudesse produzir efeitos antes de Maio de 1998, nem a primeira nem a segunda e muito menos, infelizmente, a terceira fase, para as populações de Vila Franca de Xira que estão certamente bem representadas pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O que faz o Governo nesta matéria? O Governo pede à JAE e à BRISA que estudem e lancem alternativas de construção de novos acessos à AE 1, desencravando de alguma forma e dando acesso às populações locais ao longo dessa via: em S. João da Talha, através de um acesso que possibilite a vinda para Lisboa no período de maior congestionamento; em Santa Iria da Azóia, com o meio nó funcionando, quer na vinda para Lisboa, quer no regresso a Santa Iria de Azóia; em Alverca, com a reformulação do nó para a racionalização do tráfego, embora associado ao processo de eliminação das portagens na CREL e mesmo até em Vila Franca de Xira, no sentido de se «injectar» com mais facilidade o tráfego vindo de sul pela ponte Marechal Carmona directamente na autoestrada, por forma a aliviar a actual EN 10 que, como todos sabem, está fortemente congestionada.

É este o nosso *leitmotiv*, mesmo que não haja variante integral à EN 10 haverá sempre variante da primeira fase entre a Bobadela e a Avenida Infante D. Henrique e existirão os nós que referi.

No entanto, é óbvio que há outras questões que nos suscitam preocupações respeitáveis: a EXPO 98, a estação de mercadorias da CP, a estação de tratamento de resíduos sólidos. Estes são problemas que, em minha opinião, de forma um pouco infeliz, o PDM de Loures foi admitindo naquele território que, provavelmente, poderia ser utilizado com perspectivas mais interessantes do ponto de vista ambiental. O espaço que ficou é efectivamente pouco.

Na minha resposta está subjacente qual é a primeira preocupação e que é, de uma forma geral, a primeira preocupação do Governo do Partido Socialista, isto é, primeiro estão as pessoas sediadas naquela zona do

concelho de Loures, primeiro estão as pessoas sediadas naquela zona de Vila Franca de Xira. Com este programa de lançamento destes novos acessos à EN 1 e com a execução, mesmo que limitada à própria primeira fase da variante à EN 10, resolveremos os problemas das pessoas.

Da leitura do estudo de impacte ambiental, depreendo que não há obstáculos inultrapassáveis, e de alguma forma respondo à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Manuel Vargas, porque o próprio estudo de impacte ambiental vai referindo medidas compensatórias, anotando, para quem o quis ver, com asteriscos, quais aquelas que já estão contempladas em termos de projecto de execução. E a generalidade das medidas compensatórias já estão encaradas e são efectivamente exequíveis dentro do orçamento previsto para a variante à EN 10.

Todavia, há que ultrapassar algumas dificuldades que realmente poderão ter a ver com a intervenção da União Europeia, porque, a meu ver, com deficiências formais muito significativas e ignorância da realidade do local, foram tomadas medidas ligadas à temática do ambiente no âmbito da União Europeia, designadamente, a criação de um zona de protecção exclusiva que irá dificultar a aceitação do projecto, em especial na zona de aproximação a Santa Iria de Azóia.

Recordemos que, em Novembro de 1994, foi criada a zona de protecção especial do estuário de Tejo, no âmbito das medidas compensatórias da nova ponte.

Na minha perspectiva, a primeira definição dessa zona de protecção especial estava bem definida, acabava, na cala norte, pela margem do mouchão da Póvoa e do mouchão de Alhandra. Enfim, é discutível se, efectivamente, essas duas ilhotas, densamente exploradas do ponto de vista agrícola, tinham o valor ambiental próprio para a nidificação, mas a verdade é que depois, em Março de 1995, inesperadamente, como anexo a um diploma de actualização fiscal da contribuição especial ligada à nova ponte, foi ampliada a zona de protecção especial, por forma a abranger a própria cala norte e o domínio público marítimo da margem norte do Tejo.

Julgo que aí houve um erro formal na forma de publicação desse diploma com um projecto já em curso, ignorando, designadamente, para além do carácter de exploração agrícola intensiva das ilhotas, o funcionamento da cala norte como uma autêntica vala de depósitos contaminados de natureza industrial, o facto de os aterros marginais terem sido objecto de profundas intervenções, designadamente na plataforma da Bobadela, com aterros hidráulicos que se começaram a efectuar nos anos 70 e foram totalmente completados em 1992, portanto, antes de a zona de protecção exclusiva ser aprovada, havia o funcionamento de valas de escoamento de águas residuais, umas industriais e outras urbanas, de uma densa implantação industrial. Enfim, toda uma sucessão de situações que, em minha opinião, não justificariam nunca que a zona de protecção especial tivesse sido alargada para chegar a um local daquela natureza.

Bom, mas o erro formal, sobreposto ao erro substantivo, e a regra ambiental estão criados, com dificuldades para uma parte do traçado da variante à estrada nacional n.º 10 que efectivamente, na curva de aproximação a Santa Iria de Azóia, passa por esse local. Há medidas, no entanto, compensatórias que podem ser decretadas pela Sr.ª Ministra do Ambiente e se, como eu penso, este assunto for objecto

de desdramatização e equacionadas, com equilíbrio, as medidas compensatórias adequadas, o projecto poderá ir para a frente sem «pisar o risco» da tal data de 22 de Maio de 1998, servindo a tal estação de mercadorias — e eu não gosto nada desta palavra, gostaria que a CP fosse capaz de pensar o local em termos de plataforma logística, em vez de o pensar como estação — e ainda a tal estação de tratamentos de resíduos sólidos, que tanta controvérsia tem gerado no local. Efectivamente, é essencial para o funcionamento dessas três infra-estruturas.

Mas, como já disse, as pessoas estão primeiro e as respostas para as pessoas têm-las estudadas. Para estas infra-estruturas, certamente que, se houver sentido de equilíbrio e se não houver muita contestação exterior capaz de manipular o funcionamento das instituições da União Europeia, saberemos responder.

Quanto ao terceiro troço da variante à estrada nacional n.º 10, Sr. Deputado, torna-se evidente, pela minha resposta, que a continuação a partir da zona dos depósitos da BP em Santa Iria de Azóia se defronta com um fortíssimo obstáculo de atravessamento de uma zona que será de sapais ou de bacias de decantação de produtos químicos. O estudo de impacte ambiental não foi tão longe, não foi muito além da sua área e, portanto, não esclareceu integralmente esta matéria, pelo que teremos mais dificuldades ambientais na execução do terceiro troço do que tivemos com o primeiro, em que houve muito poucas, ou com o segundo, em que estão a revelar-se algumas.

O Sr. Presidente: — Terminou o tempo, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Penso que, com algum *timing*, será possível estudar e não vamos negar-nos a estudar previamente este troço. Veremos se surgem melhores dias, para depois podermos passar do estudo ao projecto e do projecto à obra.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Vamos passar à quinta pergunta sobre se se instauraram e em que ponto se encontram os inquéritos aos concursos lançados pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) para recrutamento de pessoal e valorização de carreiras que, segundo a comunicação social, têm sido alvo de grandes controvérsias.

Para a formular, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Srs. Deputados: Há pouco tempo, saíram algumas notícias na comunicação social que davam conta de algumas perturbações que teriam ocorrido em concursos para recrutamento de pessoal e valorização de carreiras, realizados no âmbito da Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

Como não tenho por hábito fazer perguntas ao Governo com base em rumores ou notícias, procurei confirmar esses acontecimentos através de alguns contactos e, se não fosse o caso de me parecer que as questões de orgânica e de recursos humanos e dos meios materiais da Direcção Geral

das Contribuições e Impostos serem uma peça essencial deste combate à evasão e à fraude fiscais em que todos parecem estar empenhados, se não fosse isso, eu não faria esta pergunta ao Sr. Secretário de Estado com base em simples rumores. Mas como, de facto, estou convencido de que o combate à fraude e evasão fiscais passa muito pela reformulação da orgânica e pela reformulação dos meios materiais e humanos desta direcção-geral, queria pedir ao Sr. Secretário de Estado que nos esclarecesse se, tal como se diz e há suspeitas, estes concursos foram, de facto, «semeados» de várias irregularidades nos exames e nos processos de notação, se isso se passou, porventura, antes de o Sr. Secretário de Estado tomar posse, se é verdade que há inquéritos ou inspecções a esse propósito e, se assim for, em que pé estão esses inquéritos ou essas inspecções.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, que dispõe de três minutos.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Carlos dos Santos): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Lobo Xavier, antes de lhe responder, gostava de saber ao certo em que órgão de comunicação social foram veiculadas essas notícias, porque tenho alguma curiosidade em saber.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — Dá-me licença, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — A notícia, desenvolvida, que vi constava do *Semanário* da semana passada.

O Orador: — Muito obrigado pelo esclarecimento.

É que estive a reler atentamente a lista dos Deputados do PP e não encontrei o nome do mágico Luís de Matos! Devo dizer que as qualidades de adivinhação do Sr. Deputado António Lobo Xavier não são inferiores às do Luís de Matos, porque essa notícia foi publicada no dia 18 de Maio e a sua pergunta é do dia 17 do mesmo mês!...

Vozes do PS: — É verdade!

O Orador: — Partindo deste pressuposto, no entanto, como li a notícia, tive a preocupação de me informar junto dos serviços, através de pessoas do gabinete, no sentido de saber como estão as coisas e, de facto, essa notícia refere dois tipos de concursos diferentes: um, diz respeito à admissão de peritos de fiscalização tributária de 2.ª classe e, como V. Ex.º bem disse, isso passou-se integralmente no ano passado, portanto antes da entrada em funções do actual Governo; o outro, diz respeito a este ano, portanto, já no decurso da vigência do actual Governo.

Em relação ao primeiro, o do ano passado, o concurso foi aberto em Outubro de 1994 e, de facto, a notícia do *Semanário* alerta para uma questão que tem alguma pertinência, o que nos levou a fazer diligências junto dos serviços e concluímos que, de facto, poderá haver indícios de algumas irregularidades na classificação final e na admissão de alguns dos candidatos, não talvez pelas razões

aduzidas pelo jornal mas por outras, pelo que o inquérito vai ser efectuado.

Em relação ao segundo concurso, o deste ano, relativo à categoria de técnico tributário, já me parece que aquilo que vem descrito nesse jornal não tem razão de ser. Foram admitidos ao concurso cerca de 2000 funcionários, que prestaram provas no dia 28 de Maio e, tendo havido rumores de que havia conhecimento prévio de uma das provas por parte de alguns funcionários, o júri deliberou, em cima do acontecimento — foi o que nos disseram —, a mudança das provas, pelo que a prova da 2.ª chamada foi a distribuída, em vez da prova da 1.ª chamada. Portanto, não creio que tenha havido irregularidade. As diligências feitas junto do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa e do Supremo Tribunal Administrativo dão-nos uma indicação negativa, não nos consta que tenha havido qualquer providência cautelar relativamente a isso, não fomos notificados de nada e, por outro lado, diligências feitas junto dos meios sindicais, até este momento, nada nos comprovaram em sentido contrário.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, formulei-lhe uma pergunta séria e o Sr. Secretário de Estado quis brincar. Vamos, então, brincar alguma coisa!...

Eu não sei em que data lhe chegou a pergunta, nem em que data foi publicado o jornal, não tenho aqui agenda. O que o Sr. Secretário de Estado pode ter a certeza é de que li a notícia antes de formular a pergunta. Se há alguma confusão nas datas, essa confusão não é minha. De facto, não há nenhum Luís de Matos na bancada do Partido Popular, mas hoje talvez lhe faça falta, a si, um Luís de Matos para fazer as reformas necessárias na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos a tempo de as mesmas terem eficácia em matéria de cobrança de receitas!...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado, percebi, pelas suas palavras, que o assunto está a ser acompanhado e que qualquer que seja a data da notícia os acontecimentos se verificaram. Portanto, a minha curiosidade e preocupação estão esclarecidas nessa matéria.

Vou aproveitar o tempo que ainda me resta para o questionar sobre as conclusões a que chegou a Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, segundo notícias, porque ainda não temos essas conclusões disponíveis.

Ora, essas conclusões apontarão para a necessidade de dar mais atenção ao funcionamento da administração fiscal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, porque se verificou — e também são dados relativos ao governo anterior ao do Sr. Secretário de Estado — que as inspecções diminuíram, que o grau de eficácia dessas inspecções em matéria de correção da matéria colectável e de recuperação de impostos é muito baixo, que essas correções que são empreendidas têm uma correspondência em termos de cobrança de receita muito reduzido, que há um enorme contencioso de que a Direcção-Geral das

Contribuições e Impostos não se consegue libertar, que algumas das orientações tomadas pelo anterior governo em matéria de orgânica dessa direcção-geral, nomeadamente as orientações centralizadoras, se revelaram um profundo desastre e que, de facto, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos precisa de mais gente, gente, porventura, remunerada de outra forma para não sofrer uma sangria de quadros e poder ter quadros apetrechados.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos da Silva.

O Sr. João Carlos da Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, gostaria de aproveitar a oportunidade que a pergunta do Partido Popular nos confere para perguntar que tipo de medidas pensa o Governo tomar para dar alguma operacionalidade à máquina da administração fiscal, nomeadamente aos sectores de fiscalização.

Não é despiciendo o Sr. Deputado António Lobo Xavier, que tanta preocupação manifesta pela fiscalização e intensificação do controle das declarações dos contribuintes, ter apresentado no último Orçamento do Estado uma proposta de eliminação dos mapas recapitulativos, que é um instrumento importante para o controle cruzado das declarações dos contribuintes. Mas isso terá sido eventualmente por outras razões que não o combate à fraude fiscal.

Gostaria de perguntar também que medidas pensa o Governo tomar para melhorar o tipo de recrutamento. É sabido, por exemplo, que as empresas multinacionais de auditoria que prestam serviços de consultoria na área do planeamento fiscal das empresas vão recrutar ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Orador: — Término já, Sr. Presidente.

Dizia eu que essas empresas deixam a máquina da fiscalização numa situação de *handicap* face ao planeamento que os contribuintes fazem.

Assim, pergunto: que medidas têm sido tomadas para ultrapassar o completo estado de letargia em que foi colocada a máquina da fiscalização?

O Sr. Presidente: — Para fazer uma pergunta adicional, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na primeira resposta que deu ao Sr. Deputado António Lobo Xavier falou na existência de irregularidades em alguns dos concursos para a DGCI.

A questão que gostaria de colocar é a seguinte: quais são as relações que existem entre as eventuais irregularidades nesses concursos, o facto de os clubes de futebol terem deixado novamente de pagar as suas contribuições fiscais e parafiscais e o facto de estar previsto — e pergunto directamente ao Sr. Secretário de Estado se é ou não verdade que o Estado está a pensar nisso — que sejam as instituições de solidariedade social, que actualmente recebem uma parte das receitas do totobola, a pagar essas dívidas dos clubes de futebol ao fisco, na medida em que deixam de receber essas verbas, que serão transferidas para os clubes de futebol?

Por outro lado, gostaria de saber quando é que o Governo entende ser oportuno enviar à Assembleia da República, designadamente à Comissão de Economia, Finanças e Plano, o *Livro Branco sobre a Reforma Fiscal*, que já foi entregue ao Governo, e os elementos circunstanciados sobre as cobranças de receitas de IRS e IRC relativas a 1994 e, eventualmente, os dados provisórios para 1995.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. Dispõe de 10 minutos, mas se puder economizar algum tempo, agradeço.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Lobo Xavier, em primeiro lugar, quero explicar-lhe a razão de ser daquela minha «brincadeira». De facto, deu-nos algum trabalho procurar notícias até ao dia 17, e não encontrámos nenhuma, só depois me disseram que a notícia foi publicada no dia 18, no *Semanário*. É essa a razão da minha primeira intervenção.

Ultrapassada essa questão, que é menor, creio que as perguntas que faz são muito pertinentes, nomeadamente as ligadas à reformulação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e à fiscalização.

Poderei dizer-lhe qual é, neste momento, a minha óptica, porque estas questões estão a ser analisadas, em primeiro lugar, no âmbito da equipa política do Ministério, em conjunção com os serviços de administração fiscal tributária no seu conjunto, e só depois transitarão para o plano do Governo.

De momento, a situação é esta: está em preparação uma lei orgânica do Ministério das Finanças, que, quanto à área tutelada pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, vai prever a criação de uma nova direcção-geral, que é a de informática tributária e aduaneira. Digamos que a ideia é a de que, progressivamente, alguns serviços que sejam comuns aos serviços aduaneiros fiscais *stricto sensu* e estabeleçam com eles relações horizontais possam vir a trabalhar conjuntamente, de forma a ganhar-se economias de escala, sinergias, etc.

Como neste campo a informática é um instrumento decisivo, é o primeiro instrumento para um controle e uma fiscalização moderna, e como está em curso, na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, todo o plano da rede informática das contribuições e impostos, pareceu-nos que esse mesmo modelo deveria ser estendido à Direcção-Geral das Alfândegas, de modo a aproveitar-se as sinergias daí advinientes.

Uma vez publicada essa lei orgânica, estarão em curso também mini-revisões das leis e dos estatutos da DGCI e da Direcção-Geral das Alfândegas. Não é ainda a grande revisão, pois vamos fazer isto por pequenos passos, mas alguns ajustamentos vão tornar-se necessários, nomeadamente no sentido da descentralização de um conjunto de actividades e, em particular, das actividades de fiscalização. Essas medidas estão, por essa via, em curso.

Mais difícil é, de momento, encarar-se de uma forma séria tudo o que diz respeito às questões do recrutamento e da formação profissional. Digo isso por uma razão muito simples: há vários anos tem vindo a ser prometida à

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos a melhoria do estatuto da carreira de dirigentes, das carreiras da fiscalização e das que envolvam algum risco. Até hoje, isso não tem vindo a ser conseguido, em parte, creio, por razões ligadas a questões financeiras e, em parte também, devido a uma cultura de algum modo hostil à fiscalidade, que se reflecte também nesse plano.

Nem sempre é fácil demonstrar e defender que na base do funcionamento das instituições portuguesas, entre elas, das instituições políticas e do próprio Governo, estão em primeiro lugar as cobranças de impostos e às vezes é, inclusive, mais barato e eficaz pagar melhor a esses funcionários, nomeadamente aos que estão nos serviços operativos, do que deixar as cobranças ao deus-dará. Creio que aqui haverá um esforço importante por parte da própria Assembleia da República e dos Srs. Deputados, pois este é um tema interessante a ser lançado, não só no seio do Governo, pelo que a minha posição é a de defender um estatuto remuneratório e uma organização mais eficaz para os serviços tributários e aduaneiros, porque, de facto, sem eles o resto não funciona.

Quanto à questão das irregularidades nos concursos e a ligação com as dívidas ao futebol, ela não existe. É tudo o que tenho a dizer. Não há qualquer relação entre as duas coisas. Como o Sr. Deputado Octávio Teixeira sempre fez intervenções muito lógicas e muito claras, deve também perceber a lógica e a clareza da minha resposta.

Risos do Deputado do PCP Octávio Teixeira.

No que toca ao relatório da reforma fiscal, ele não está a ser distribuído pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, porque o número inicial de livros era muito reduzido, mas creio que estavam, pelo menos na lista que vi e para a qual contribuímos, nos primeiros lugares os próprios grupos parlamentares. Se ainda não o receberam até agora, irei ver como está essa situação e rapidamente isso será debelado.

No que toca às estatísticas relativas ao IRC e ao IRS de 1994, já temos as do IRC mas ainda não temos as do IRS, pelo que, mal tenhamos as duas, mandá-las-emos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à sexta pergunta, sobre os contornos, objectivos e implicações da anunciada iniciativa nacional para a sociedade da informação, tendente à difusão acelerada de tecnologias de informação nas escolas, Administração Pública, centros de informação e empresas, que será formulada pelo Sr. Deputado José Magalhães, em nome do PS, a quem dou a palavra.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A construção da sociedade de informação é, obviamente, uma tarefa de todo o Governo, portanto dos ministros, dos secretários de Estado, dos demais membros do Governo e dos que estão empenhados nessa tarefa.

Significativamente, pela primeira vez, em Setembro de 1995, descobrimos que os programas dos três principais partidos candidatos às eleições incluíam capítulos ou menções específicas à sociedade de informação.

No caso do Partido Socialista, o conceito perpassa não por um capítulo mas por todos. pelo que, neste sentido, todos os ministros são ministros para a sociedade de

informação, mas o Ministro da Ciência e da Tecnologia foi encarregado, pelo Conselho de Ministros, de ter uma tarefa específica nesse domínio.

Nessa qualidade, assumimos que o Sr. Ministro tem aludido publicamente ao conceito de iniciativa nacional para a sociedade de informação. Entendeu o Grupo Parlamentar do PS que seria útil, relevante, que a Assembleia da República tornasse conhecimento das ideias e do conceito subjacente à iniciativa nacional para a sociedade de informação, uma vez que, segundo V. Ex.^a anunciou, trata-se de um conjunto articulado de iniciativas, tocando não o Ministério mas um conjunto de ministérios, envolvendo, por um lado, uma concessão de elevada prioridade à expansão de meios deste tipo pelas escolas, por outro, a reinvenção da Administração Pública para utilizar adequadamente tecnologias que facilitem o contacto directo com os cidadãos e uma mais intensa liberdade de acesso à informação e, por outro ainda, uma potenciação de fontes de informação que existem na nossa sociedade e não são estruturadas para terem contribuições úteis para a utilização destes meios, de modo alterar a maneira como vivemos, trabalhamos e aprendemos e mesmo como usamos os tempos livres.

A última componente diz respeito ao sector privado. Perguntar-lhe-ia, pois, Sr. Ministro, para todos os efeitos institucionais, em que se traduz, na visão do Governo, a iniciativa nacional para a sociedade de informação; por que medidas passa, em relação aos diversos sectores que abrange; quais são os meios ao serviço dessas iniciativas e os calendários que o Governo tem em mente; como articula o processo de liberalização das comunicações com a criação de iniciativas ou de estruturas inseridas nesta filosofia; que passos pretende dar e como encara o enlace institucional entre o Governo, no exercício das suas atribuições e competências, e o Parlamento, que tem, em alguns destes domínios, competências exclusivas.

Deixo-lhe, pois, em primeira abordagem, este leque de questões.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, dispondo de 3 minutos.

O Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia (Mariano Gago): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Magalhães, gostaria, em primeiro lugar, de prestar-lhe homenagem pois foi um precursor, em Portugal, na difusão e na defesa da sociedade de informação e da sua importância. Como é evidente, as suas perguntas não cabem nos 3 minutos regimentais, por isso terei de ser telegráfico, estando à disposição dos Deputados para quando e como entenderem discutir convosco estas questões mais detidamente.

A iniciativa nacional para a sociedade de informação, que agora lançámos, tem quatro eixos principais: o eixo escola, a que chamámos «escola informada»; o eixo Estado, a que chamámos «o Estado aberto»; o eixo ligado às fontes de informação e à sua disponibilidade, a que chamámos «o saber disponível»; e o eixo empresas, que tem a ver com a informatização, a flexibilidade e a relação das empresas com o mundo exterior, a que chamámos «a empresa flexível informatizada». A cada um destes quatro eixos correspondem medidas e programas de acção.

Contudo, em primeiro lugar, gostaria de dizer que a resolução do Conselho de Ministros que comete ao membro do Governo responsável pela ciência e a tecnologia a coordenação e a dinamização dos foros para a sociedade de informação deixa claro que esta iniciativa não é burocrática nem administrativa.

Em todos os países, a sociedade de informação é essencialmente o fruto da acção dos indivíduos, das organizações, das empresas. O Estado tem um papel decisivo na conjugação dos esforços e sobretudo no seu próprio aparelho. A disponibilização e a ligação do aparelho de Estado ao resto da sociedade é sempre, para a sociedade de informação, uma área de demonstração essencial e, nomeadamente, um motivo de dinamização dos mercados ligados à emergência da sociedade de informação.

Entendemos também que a sociedade de informação implica outras questões que convém discutir e que são, certamente, da maior importância para esta Assembleia.

Quando surge um novo suporte físico, técnico, da informação, seja o livro, o telefone, ou, hoje, o computador ligado em rede pela Internet a todo o mundo, surgem, simultaneamente, dois fenómenos: primeiro, tornam-se nítidos os bloqueios à informação — os indivíduos, as empresas, as sociedades, estão bloqueados no seu acesso à informação e esses bloqueios que lá estavam tornam-se mais nítidos; em segundo lugar, os meios técnicos, que nunca são milagrosos, fornecem, contudo, os meios para a acção — porém, a acção é ditada não pelos meios técnicos, mas pelas pessoas e pela sua aptidão para pôr os meios técnicos ao serviço da sua capacidade de decisão.

O último ponto que gostaria de aflorar nesta minha brevíssima introdução tem a ver com o seguinte: a difusão da sociedade de informação e a introdução de novos meios técnicos cria novos *apartheids* de informação entre aqueles que têm acesso e os que não o têm, entre aqueles que tinham acesso aos anteriores meios de informação e que deixam de o ter aos novos meios técnicos de suporte da informação. Aqui, o papel do Estado parece-me crucial, impedindo e combatendo novos *apartheids* informativos, que dividem entre si os povos, as regiões, os grupos sociais — este é um aspecto central. Por isso, entendo que a escola, a escola informada, é provavelmente um dos meios mais sérios que temos de ajudar a combater esse *apartheid*, não para nós mas para as gerações futuras.

A sociedade de informação, já o disse várias vezes, não espera por quem quer que seja. Provavelmente, não há domínio no qual sintamos tanto a fragilidade da nossa sociedade no contexto internacional e a nossa própria responsabilidade como este.

As gerações futuras estão realmente dependentes da acção — e, nomeadamente, da acção política —, que, hoje, nesse domínio, formos capazes de empreeender.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o tempo que gastou a mais ser-lhe-á descontado no tempo final.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, agradeço-lhe as palavras que começou por dirigir-me.

Creio que equacionou várias questões de grande relevância, a primeira das quais é a necessidade de acção. A sociedade de informação, como sublinhou, não espera

por nós, mas nem sempre há consciência disso. Por isso, em Portugal, continua ainda, em certo sentido, a estar muito presente — somos todos criaturas da era pré-digital, da era do papel, foi aí que aprendemos a fazer, bem ou mal, o que sabemos — uma atitude de subestimação da medida desse atraso. Há, hoje, por todo o mundo, instantaneamente acessível, massas enormes de informação, sobre, designadamente, este tema, mas também sobre praticamente todos os outros, a que Portugal não acede.

O Sr. Presidente da Assembleia da República, recentemente, despachou, por exemplo, no sentido da criação de um arquivo digital, aqui, na Assembleia da República e teve a gentileza de me encarregar de fazer um pequeno estudo prospectivo, à semelhança de outros estudos prospectivos que estão a ser feitos noutras parlamentos, à escala europeia e mundial, para saber em que é que nós próprios, parlamentos, podemos mudar para acompanhar essa grande mudança.

Mas a verdade é que a mudança não espera por nós! Na passada semana, na África do Sul, países da União Europeia discutiram com países de outras partes do mundo como criar uma ponte entre nós e esses «mundos», tendo a União Europeia tido a ocasião de se reconhecer nas palavras do Presidente Mandela sobre a importância de dar à sociedade de informação as características de justiça, liberdade e democracia, próprias dos sistemas em que nos reconhecemos e que, em Portugal, têm carta fundadora na própria Constituição da República.

Como aplicá-la neste domínio? É aí que, creio, o Sr. Ministro tem toda a razão em aludir ao risco de *apartheids* e de exclusões de cidadãos, sendo necessário pensar em termos daquilo a que chamaria um acesso mínimo garantido, a que, na linguagem da União Europeia, chamamos acesso universal. Esse acesso mínimo garantido é fundamental para que não haja excluídos e ciberaalfabetos do fim do século. Ainda anteontem, o Presidente da *Federal Communications Commission* americana, o Sr. Reed Hunt, dizia esta coisa horrenda: que no ano 2000, 60% dos empregos vão requerer formação específica e capacidade de usar redes. E, no caso americano, só 22% da força de trabalho juvenil — não estou a falar das outras camadas etárias — que entra no mercado de trabalho tem esse tipo de formação. Em Portugal, a situação é reconnidamente mais grave.

O Sr. Presidente: — Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Portanto, a prioridade dada pelo Governo à expansão, na educação e na Administração Pública, destes meios parece-me de saudar.

Cumprimento-o também pelo arquivo digital do seu Ministério e proponho-lhe, Sr. Ministro, que esta conversa, que tem, hoje, pela primeira vez, lugar aqui, o que é um sinal enorme de atraso institucional, continue tanto na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, por causa das questões da liberdade de expressão como nas outras comissões especializadas.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, deixe-me dizer-lhe que

gostei muito de ouvir a resposta que deu ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado José Magalhães e creio que a iniciativa do Sr. Deputado é muito oportuna.

Gostaria, sobretudo, de me associar às considerações de carácter cultural que fez ao novo *apartheid*, particularmente numa civilização que centrou muito o tema da igualdade e das desigualdades nas questões económicas, traduzidas, acima de tudo, no Estado-Providência, e que, de certa forma, secundarizou aquilo a que podemos chamar as desigualdades não económicas, das quais o acesso à informação é a mais evidente nos tempos que correm e à qual o Sr. Ministro se referiu com muita oportunidade e de uma forma muito feliz.

Há também questões sobre a infra-estrutura das comunicações, que são candentes e estão na ordem do dia, às quais o Sr. Deputado José Magalhães já se referiu a propósito da liberalização das telecomunicações, o que torna evidente o carácter transversal destas preocupações e deste programa.

O Sr. Ministro começou por referir-se na sua resposta à exiguidade do tempo e, de facto, parece-me que, independentemente da oportunidade da iniciativa do Sr. Deputado José Magalhães, este não é o melhor formato para discutirmos a questão.

Ora, a pergunta que gostaria de lhe colocar no minuto de que disponho é no sentido de saber se o Sr. Ministro estará ou não disponível para estar presente numa audição, em sede de comissão parlamentar, a fim de realizarmos uma discussão mais aprofundada com o Parlamento sobre este programa.

Sei que há um conjunto de comissões que gostariam de discutir esta matéria, mas talvez pudéssemos, creio, centrar isto na comissão que funciona como o parceiro institucional do Sr. Ministro nesta Assembleia, que é a Comissão de Educação, Ciência e Cultura. Não só porque tem a «Ciência» mas porque, como o Sr. Ministro referiu, a escola tem um papel nevrálgico neste esforço, creio que todos concordaríamos que pudesse ter lugar, a curto prazo, nesse espaço, a audição parlamentar sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques.

O Sr. Fernando Pereira Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, princípio por apoiar a proposta do Sr. Deputado Carlos Coelho. E a minha questão vai no sentido de pedir ao Sr. Ministro, sem prejuízo do que nos dirá nessa futura audição, em sede de comissão, se nos podia aqui avançar algo sobre a concretização do que já está previsto na actuação do seu Ministério em articulação com o Ministério da Educação. Todos sabemos — e o Sr. Deputado José Magalhães referiu-o — que entrámos numa era em que o problema já não é só o dos analfabetos mas também o dos ciberanalfabetos. Mas tendo nós consciência, como temos, de que na maioria das escolas não existe sequer uma elementar biblioteca, como poderemos combater este perigo de que aos analfabetos se somem os ciberanalfabetos?

Nesta medida, pergunto-lhe o que é que o seu Ministério está a concretizar em articulação com o Ministério da Educação para a criação já não só de bibliotecas mas também de mediatecas, para a criação das bases elementares, a fim de podermos, de facto, formar as gerações do futuro, a que o Sr. Ministro se referiu na sua intervenção.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia.

O Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pelo vosso interesse e pelas vossas questões.

Relativamente à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Carlos Coelho, tenho a dizer-lhe que estou inteiramente disponível para, em sede de comissão ou noutra qualquer que a Assembleia entender e quando entender, vir aqui discutir convosco estas questões. Estou consciente de que muitos dos problemas que há para resolver são difíceis, de que o Governo não tem nesta matéria qualquer monopólio e de que a contribuição que os Deputados e a Assembleia possam dar para a concretização desta iniciativa será certamente muito importante para o seu sucesso. Uma iniciativa nacional para a sociedade de informação não se esgota nem num ministro nem num governo nem no tempo efémero das nossas passagens por funções — o seu carácter duradouro é essencial.

O calendário que temos em vista é o seguinte: relativamente àquilo a que chamámos na resolução do Conselho de Ministros a elaboração de um *Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal*, organizaremos, desde agora, ou seja, desde o princípio da entrada da estrutura de «missão», que é no próximo mês, e durante os próximos três anos, um fórum nacional permanente para a sociedade de informação. Contamos ter o *Livro Verde* em estado de poder ser debatido e apresentado neste Parlamento no prazo máximo de um ano, a partir de agora. Um ano é também o prazo máximo que nos demos para que todas as escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, públicas e privadas, e as escolas secundárias estejam ligadas entre si e à Internet. Temos consciência de que este passo, que parece grande, é pequeno, muito pequeno.

Como disse o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques, a concretização nas escolas, sobretudo nas que têm deficiências básicas ao nível de uma biblioteca tradicional, será difícil. Consideramos que o primeiro passo da sociedade de informação moderna na escola é o alargamento da janela que é hoje o livro na biblioteca. Para colocar as questões de uma forma concreta e clara, onde hoje há uma biblioteca que tem revistas e livros, passará a haver também, além dos livros que lá estão, os livros que lá não estão, mas que serão visíveis através de um computador multimédia, que terá acesso a uma pequena biblioteca de CD-ROM, que será fornecida com o computador para efeitos de demonstração, e todos os outros que estão, em todas as bases de dados no mundo, disponíveis para a actividade educativa. Isto transformará — e está a transformar em todo o mundo — a actividade educativa. Será um processo lento e imparável, porque, depois de estar instalado um computador multimédia na biblioteca escolar, gerar-se-á obviamente a necessidade de haverem muitas mais dezenas deles nos outros espaços escolares, a saber, nos laboratórios, nas oficinas, nas salas dos professores e dos alunos, etc.

É uma revolução que está hoje em curso, cujos contornos ainda são indefinidos em todos os países do mundo, mas que temos de acompanhar desde o princípio. Trata-se de um primeiro passo, que contamos seguir com muita clareza.

Há um ponto que interessa com certeza debater e para o qual os Srs. Deputados, noutras ocasiões, me alertaram,

nomeadamente quando estivemos a discutir, em sede de comissão, a matéria do Orçamento. Diz respeito às questões do ensino tecnológico e da tecnologia no ensino básico para todos. Este ponto do ensino da tecnologia para todos no ensino básico também é crucial nesta iniciativa, porque tecnologia, hoje, significa não só tecnologia da madeira, do papel ou do metal mas também tecnologia da informação. As relações hoje existentes entre tecnologia, artes plásticas e educação visual são diferentes das de há 20 anos. As relações hoje existentes entre o ensino experimental das ciências que urge promover e o ensino tecnológico também são diferentes das de há 20 anos.

Sou o primeiro a defender a sociedade de informação, mas também defendo que nem tudo nela se esgota.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — E seria o primeiro a opor-me a que substituíssemos a necessidade de laboratórios pela existência de computadores.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Uma coisa nada tem a ver com a outra! Precisamos de mais laboratórios e de mais computadores!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos agora à última pergunta, sobre a duplicação de organismos no Ministério da Cultura, que será formulada pelo Sr. Deputado Manuel Frexes.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Frexes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Cultura, permita-me, em primeiro lugar, dar-lhe as boas-vindas a esta Casa nesta sessão de perguntas ao Governo.

Quer na discussão do Programa do Governo, efectuada nesta Assembleia, quer, mais tarde, pela voz do Sr. Primeiro-Ministro, aquando da discussão do Orçamento do Estado, foi acentuada a necessidade de racionalizar as estruturas da Administração, a fim de evitar duplicações e sobreposições de missões e competências, e apelou-se ainda a um Orçamento de rigor, ao combate ao desperdício, à economia de meios e à simplificação de procedimentos, tudo isto em nome de uma correcta aplicação dos dinheiros públicos. Penso que todos estamos de acordo em que estes são princípios muito louváveis, que devem ser seguidos por toda a Administração.

Sr. Ministro da Cultura, finalmente o seu Ministério deu sinais de si apresentando a nova lei orgânica do Ministério, onde se extinguem sete organismos e se criam 14 novos, ou seja, o dobro, para além de algumas comissões, gabinetes e outros organismos.

Começamos agora a compreender qual tem sido a preocupação do Ministério da Cultura ao longo destes meses. Pensávamos que as prioridades do Ministério fossem, como seria normal, a criação de novas infraestruturas culturais, a reabertura de novos museus, o lançamento de concursos para novas bibliotecas, o lançamento de concursos para novos arquivos, enfim, o apetrechamento de infra-estruturas culturais, que tão essenciais são e de que o nosso país está tão carente, mas

não foi isso que aconteceu. A preocupação e a prioridade do Ministério da Cultura foi a criação de mais direcções-gerais, de mais gabinetes e de mais comissões.

Sr. Ministro, isto até não seria muito grave se não custasse dinheiro ao contribuinte. Até poderia criar uma centena! Mas o problema é que isto é gravíssimo porque vai custar muito dinheiro ao erário público. E aqui reside, passe a exiguidade do tempo que temos para esta pergunta, a primeira questão que lhe quero colocar: quantas centenas de milhar de contos vai custar ao contribuinte português esta reestruturação orgânica do Ministério da Cultura?

E já agora, Sr. Ministro, gostava que me dissesse também quanto custaram as indemnizações aos administradores da Fundação do Teatro Nacional de São Carlos e da Fundação das Descobertas, cujas razões de substituição desconhecemos.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente, adiantando ainda que gostava de ser esclarecido sobre o que vai acontecer a estas duas referidas Fundações.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Cultura.

O Sr. Ministro da Cultura (Manuel Maria Carrilho): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Frexes, é com muito prazer que aqui respondo pela primeira vez a questões que dizem respeito ao Ministério da Cultura e especificamente à questão desdobrada que me colocou, na medida em que, ao abrigo de uma questão genérica, acabou por me colocar três.

Em primeiro lugar, o que anunciámos foi a criação do Ministério. Sei que o Sr. Deputado Manuel Frexes conhecia, penso eu, a Secretaria de Estado da Cultura e participou num processo de atrofiamento institucional, durante um certo período de tempo, do sector da cultura. Foi um processo em que, realmente, se fundiram alguns serviços, se eliminaram outros e se colocaram à venda edifícios, com consequências extremamente pesadas para a política da cultura.

Desde o princípio — está no programa eleitoral do Partido Socialista e no Programa do Governo, e foi longamente debatido durante a discussão do Orçamento —, anunciámos a criação de um conjunto de instituições, nuns casos, a recriação das já existentes e, noutras, a criação de novas. E foi isso que fizemos. Criámos o Ministério da Cultura, que é um pouco diferente da Secretaria de Estado da Cultura, dando a esta área a dignidade institucional que sempre defendemos que devia ter e criando as instituições que uma política cultural digna desse nome exige. Este ponto é fundamental. Tudo o que fizemos foi aquilo que foi avalizado e anunciado.

O Sr. Deputado Manuel Frexes fala agora dos custos enormes da criação do Ministério da Cultura, da criação de 14 serviços. Não é verdade, Sr. Deputado! Se compararmos com a anterior Secretaria de Estado, foram criados seis novos serviços, se não contarmos, obviamente, com as comissões consultivas que não têm qualquer peso. Havia 20 serviços e, neste momento, há 26 e cinco comissões consultivas, que, como sabe, reúnem três ou

quatro vezes por ano e não têm qualquer peso na vida orçamental, mas podem ter um papel muito importante na definição das políticas culturais do Ministério.

Quanto aos custos, devo dizer que tudo isso foi apresentado quando foi a Conselho de Ministros a lei orgânica do Ministério. Os imensos custos de que o Sr. Deputado fala, com a criação de um Ministério novo, passando de 20 para 26 serviços mais cinco comissões consultivas e conselhos superiores, traduzem-se num aumento de sete unidades em termos de pessoal dirigente. Por aqui já temos uma noção de como são exageradas as suas palavras!

Em termos de milhares de contos — está tudo muito contabilizado e é perfeitamente acomodado pelo orçamento que apresentámos e que foi aprovado —, esta medida traduz-se num aumento de 65 000 contos.

Criar um Ministério com mais sete unidades de pessoal dirigente e 65 000 contos, Sr. Deputado, reconheça que é obra!

Já agora, deixe-me lembrar-lhe que o desmembramento que foi feito da política cultural pela anterior governo teve custos muito grandes, nomeadamente em termos de instalações, pois dispersou-se o Ministério por toda a Lisboa; pôs-se à venda o edifício do Ministério, que nunca se chegou a vender... Tudo isso é que tem custos, toda essa irracionalidade total que se introduziu no Ministério da Cultura, com confusões de instituições, como a Biblioteca Nacional e o Instituto Português do Livro, que inviabilizaram que se prosseguisse uma política como devia ser, quer na Biblioteca Nacional, quer na rede de leitura pública, que estamos agora a desenvolver.

É preciso ter estes organismos para se poder trabalhar e intervir ao nível do equipamento, para se poder relançar e alargar a rede de museus, para se poder alargar a rede de bibliotecas públicas, cruzando-as com as bibliotecas escolares e com a resposta que deu, há pouco, o Sr. Ministro da Ciência, que é algo que está concluído e que vai ser apresentado este mês. Isso exige, efectivamente, novos serviços.

Muito rapidamente, em relação ao outro ponto que diz respeito às indemnizações e às fundações, quero dizer que uma das invenções da anterior Administração, a que esteve associado o Sr. Deputado Manuel Frexes, foram as fundações, que, em princípio, são instituições que devem servir o público e que têm um património que permite justamente terem uma utilidade social. Mas o anterior governo conseguiu criar as famosas fundações «mendicantes», que imploram dinheiro ao Estado todo o tempo e não têm de que viver, como é o caso da Fundação do São Carlos e da Fundação das Descobertas. Anunciámos no nosso Programa que vamos alterar isso e vamos.

No que se refere à questão das indemnizações, não lhe sei, obviamente, dizer aqui qual o seu montante, porque não estava na pergunta, se não ter-lhe-ia trazidos os números com todo o gosto, mas fornecer-lhos-ei rapidamente. Sei que no caso da Fundação das Descobertas esses valores são insignificantes, porque, como sabe, eles apuram-se pela diferença entre o salário que tinham e o salário do seu regresso à função pública. De resto, o único caso que está em questão é o do presidente da Fundação das Descobertas, porque todos os outros administradores — e este é um ponto muito importante — cessaram funções

em 31 de Dezembro. Não houve qualquer substituição que não fosse feita neste quadro a não ser a do presidente.

Quanto à Fundação de São Carlos, tenho todo o prazer de, na próxima semana, lhe fazer chegar os dados que o Sr. Deputado solicita.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Frexes.

O Sr. Manuel Frexes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Cultura, não ponho em causa que o Ministério da Cultura tenha de prosseguir as suas funções, porque, obviamente, tem de as prosseguir, e elas são exactamente as mesmas que eram antes, o que quero dizer relativamente a esta matéria é que a arte e o engenho é conseguir, com o mínimo de meios disponíveis e com o mínimo de custos possível, levar a cabo essas funções. E isso foi o que fizemos. Pelos vistos não é a arte e o engenho de que o Sr. Ministro é capaz!

Mas gostaria de dizer-lhe também o seguinte: com a ligação desse organismo e em conjunção, duplicámos o número de bibliotecas públicas em Portugal, e, que eu saiba, o Sr. Ministro ainda nem sequer lançou um concurso para uma nova.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por aqui se vê a diferença da operacionalidade!

Fala-me depois em inventar fundações. Nós não inventámos fundações! Essas fundações prosseguiram as suas funções. E tanto quanto eu saiba, neste momento, nem sequer temos temporada para 1997.

Desde já lhe devo dizer, Sr. Ministro, que o meu receio é que a política do Ministério relativamente a esta matéria seja aquela tentação, que sempre foi a do Partido Socialista, de funcionalização da cultura, ou seja, temo que, com a extinção das fundações, aquilo que o Sr. Ministro queira fazer seja transformar os artistas portugueses, os músicos portugueses e os bailarinos portugueses... Aliás, consta nesta lei orgânica a criação da chamada Orquestra Sinfónica do Porto, em substituição da Orquestra Clássica do Porto, o que significaria transformar os músicos em funcionários públicos, ou seja, deitar por terra aquilo que os nossos artistas têm de melhor, que é a sua criatividade.

O Sr. Rúben de Carvalho (PCP): — Julguei que era o desemprego!

O Orador: — Portanto, é isso que temo que venha a acontecer.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine.

O Orador: — E, Sr. Ministro, como já verificámos e não mostrou qualquer obra, esta é a política da inoperância e da ineficácia, mas também do despísmo e do funcionalismo público.

O Sr. Presidente: — Para pedir um esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques.

O Sr. Fernando Pereira Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Cultura, quero, telegraphicamente, colocar-lhe algumas perguntas sobre matéria orgânica.

Sr. Ministro, ao optar — em meu entender, mal — pela criação do Instituto Português de Arqueologia, o que pensa o Governo fazer quanto ao projecto de um Conselho Superior de Arqueologia, nos termos defendidos pelo PS na anterior legislatura, e o que está previsto quanto à reestruturação do Instituto Português do Património Arquitectónico?

Ao optar — em meu entender, mal — por manter os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, que interpretação se poderá dar à afirmação do Professor José Mattoso, em recente entrevista, de que a sua prioridade — sua dele, José Mattoso — é a de criar um instituto dos arquivos nacionais, cabeça da rede nacional de arquivos?

Como se articula, em termos de objectivos e funções, o Centro Português de Fotografia com o Arquivo Nacional de Fotografia e o próprio Museu Carlos Relvas?

A Orquestra Nacional do Porto vai tornar-se uma pessoa colectiva de direito público. Qual vai ser o estatuto jurídico da Orquestra Sinfónica Portuguesa?

Para terminar, Sr. Ministro, porquê a opção pela criação do Instituto de Arte Contemporânea?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Fernanda Mota Pinto.

A Sr.^a Fernanda Mota Pinto (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Cultura, como é do conhecimento de V. Ex.^a, localiza-se no distrito de Coimbra, mais exactamente em Lorvão, concelho de Penacova, um dos mais importantes mosteiros de Portugal, que é monumento nacional, remontando a sua fundação, segundo alguns autores, a data anterior à invasão árabe da península.

Ele está ligado a factos importantes da nossa História e da nossa cultura — basta recordar os escritos legados por Herculano ou por Garrett para ver como estão intimamente ligados. Quem já teve oportunidade de o visitar, recorda a grandiosidade dos seus edifícios, que foram objecto de ampliação e de reconstrução ao longo dos séculos, o magnífico portal renascentista ou a sua igreja, com as cadeiras de couro, da época barroca. Por isso, entendeu o anterior governo iniciar obras de recuperação, através da Secretaria de Estado da Cultura, e é exactamente neste sentido que vou colocar uma pergunta.

Sr. Ministro, qual é o ponto da situação dessas obras e para quando prevê a sua conclusão?

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, suponho que deseja usar da palavra por causa do tipo de pergunta feita pela Sr.^a Deputada Fernanda Mota Pinto, a quem — e espero que não me leve a mal — gostaria de lembrar que as perguntas estão condicionadas ao tema previamente seleccionado e anunciado pelo Governo, pelo que, para poupar tempo, peço-lhe que dispense o uso da palavra.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos sobre o tema da pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Cultura, penso que a questão que vou colocar está dentro do tema da pergunta dado ter a ver com a duplicação dos organismos do Ministério da Cultura.

O Sr. Deputado Manuel Frexes manifestou a sua preocupação relativamente à criação de novos organismos e à extinção de outros, insinuou despesismo e questionou a substituição do presidente da Fundação das Descobertas. A pergunta que quero fazer-lhe, a este nível, Sr. Ministro, é a seguinte: quanto custa ao erário público, ao Orçamento, a incapacidade, a inoperância, a incultura, a incapacidade do relacionamento com as instituições culturais das regiões, quando esta se verifica nos delegados regionais, nomeados pela anterior Secretaria de Estado da Cultura?

Sr. Ministro, como é que o Ministério vai conseguir pôr em execução a competência de apoiar iniciativas locais que correspondam a necessidades e a aptidões específicas da região com esses delegados regionais?

O Sr. António Braga (PS): Muito oportuna esta pergunta, Sr. Ministro!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Luísa Ferreira.

A Sr.^a Maria Luísa Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Cultura, a questão que desejo colocar tem, em meu entender, cabimento perfeito no tema da pergunta, porque o IPPAR, dada as suas competências, deixou de fazer certas coisas, e é necessário sabermos a razão por que deixou de as fazer.

Sr. Ministro, o Mosteiro da Batalha, que é monumento nacional e classificado pela UNESCO como património mundial, viu suspenso os projectos de obras, com concurso público lançado e trabalhos preparatórios iniciados. Em causa está a adaptação do que foi a Adega dos Frades a um espaço cultural e o arranjo paisagístico da envolvente do Mosteiro.

Como deve ser do conhecimento de V. Ex.^a, a Batalha, juntamente com Fátima, Alcobaça e Nazaré constituem a espinha dorsal da região turística da Rota do Sol, vertente que reforça ainda mais a atracção da visita de milhares e milhares de turistas oriundos de todo o mundo.

Assim sendo, Sr. Ministro, é por demais evidente todo o interesse em tudo o que possa ser feito em prol desta jóia arquitectónica, que é o Mosteiro da Batalha, e concretamente das obras previstas no momento de posse deste Governo. Dito isto, pergunto: vai ou não o Governo retomar as obras suspensas, e, em caso afirmativo, quando?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, a pergunta formulada situa-se na fronteira e não no território da pergunta anunciada.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alves de Oliveira.

O Sr. Manuel Alves de Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Cultura, sob a égide da Universidade de Aveiro e apoiado institucionalmente num protocolo celebrado com o IPPAR, está a decorrer na Ria de Aveiro um projecto de pesquisas arqueológicas subaquáticas, no âmbito das quais foi encontrada uma embarcação do século XV, que, segundo se crê, é a única até hoje encontrada. Assente nesse protocolo, foi, em Outubro de 1995, autorizado pelo IPPAR um financiamento parcelar, que já se encontra totalmente absorvido. Com a publicação do Decreto-lei n.º 42/96, para o Instituto Português de Arqueologia são transferidas as competências do IPPAR.

Em consequência, pergunto, Sr. Ministro: está garantido o financiamento para a continuação do projecto, e, a ser verdade, quais os montantes previstos para o corrente ano e seguintes?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem à palavra o Sr. Ministro da Cultura, dispondo, para o efeito, de 7 minutos.

O Sr. Ministro da Cultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: é pena que não haja mais questões sobre os subsídios para o teatro, os concurso de cinema, as bolsas de criação literária, sobre... Não sei, mas se houvesse mais...

Mas, para mim, há uma questão prévia, que tem a ver...

O Sr. Manuel Frexes (PSD): — Quantos filmes já apoia?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço-vos que não entrem em diálogo directo.

Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

O Orador: — Eu já lhe respondo, Sr. Deputado.

Gostaria de começar por dizer que a questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel Frexes é suficientemente ampla, mas não tanto que possa comportar o tipo de detalhes que foram colocados. Terei todo o prazer em responder às questões colocadas, e, se quiserem, terei o maior prazer em vir à Assembleia todas as semanas responder às questões que entenderem colocar, mas uma coisa posso garantir: apenas respondo às perguntas que previamente foram indicadas, não vou estar aqui com mil detalhes, que nada têm a ver com o tema.

Voltando ao tema da pergunta colocada pelo Sr. Deputado Manuel Frexes, que, de resto, perguntou agora quantos filmes é que apoiamos este ano, devo dizer que, por pouco, não fomos apoianto nenhum porque o orçamento para este ano já estava todo comprometido no ano passado por concursos, onde não havia regulamentos, júris, critérios. O IPPAR estava quase sem orçamento para este ano fazer cinema.

O Sr. Manuel Frexes (PSD): — Está mal informado!

O Orador: — Não estou mal informado, Sr. Deputado, tanto que vai haver, ou melhor, houve, pela primeira vez, no cinema, um reforço de 600 000 contos para a produção cinematográfica. E este ano já há produção devidamente anunciada, calendarizada, orçamentada, com regulamentos

novos, com critérios estabelecidos e júris, de 10 longas metragens, além de documentários, animação, curtas metragens, primeiras obras, etc. E por aqui ficamos.

Quanto ao despesismo, Sr. Deputado ...

O Sr. Manuel Frexes (PSD): — Mas quantos apoiou?

O Orador: — Se me dá licença, quanto ao despesismo, é fácil dizer o que se diz quando se deixa o IPPAR, por exemplo, com centenas de milhar de contos de dívidas, como acontece, por exemplo, com o Teatro de São João do Porto, com o Centro Cultural de Belém, que deixam, em termos de dívidas ao projectista mais de 100 000 contos; com a Torre do Tombo, onde até se permitiu a instalação de empresas privadas, como é o caso de uma editora, em relação à qual se teve de pedir um inquérito recente, etc.; quando se permitiram, como aconteceu no caso do IPPAR, várias obras contra o parecer, apesar da recusa do visto prévio do Tribunal de Contas, situação que está neste momento em inquérito pelo próprio Tribunal. E penso que estas questões devem merecer certamente a atenção dos seus colegas de bancada.

Sr. Deputado, realmente, se fosse eu, com o que o Sr. Deputado tem a responder no que diz respeito à matéria da cultura, falaria mais baixo e com mais cuidado. Mas deixemos isto para outra altura, se quiser o relato completo.

No que diz respeito à rede de leitura pública, devo dizer que esse foi, efectivamente, um projecto lançado em 1987 — na altura era Presidente do Instituto Português do Livro e da Leitura o meu actual Chefe de Gabinete, o Dr. José Afonso Furtado — e foi no tempo do Dr. Manuel Frexes, e antes dele, que esse programa foi suspenso e só depois, quando se verificou que não tinham política em sector nenhum, foi retomado à pressa. Mas é um facto que ainda hoje não cumpre o que tinha sido anunciado em 1987. Estamos a avançar, e não se trata de anunciar muitas bibliotecas mas, sim, de as fazer. E é isso que efectivamente estamos a fazer. Neste momento, não temos sequer pretensão de anunciar a construção de novas bibliotecas mas a preocupação de fazer as que estavam anunciadas, preocupação que o anterior governo não teve.

Antes de começar a responder às restantes perguntas que me foram formuladas, não posso deixar de ironizar um pouco com o que foi dito sobre as fundações, as fundações mendicantes, como acontece neste momento com o Teatro de São Carlos, que reconheço ser um caso difícil, onde há situações difíceis de resolver, como acontece com o coro e com a orquestra, que se encontram em situação difícil, criada pelos senhores com essas ficções jurídicas, que não têm qualquer sentido nem qualquer suporte institucional e que foram um fiasco do ponto de vista político. Basta comparar o que se anunciava, no caso da Fundação das Descobertas, com os resultados que se obtiveram para se fazer seriamente uma avaliação extremamente negativa desse sonho da privatização da cultura.

As questões colocadas pelo Sr. Deputado Fernando Pereira Marques são muito simples pelo que responderei de modo muito breve. Em grande parte, a resposta a algumas dessas questões é dada com a publicação, em breve, das leis orgânicas destes novos organismos.

Efectivamente, com a criação do Instituto Português de Arqueologia está em análise a manutenção ou não da

comissão consultiva, que foi um projecto anterior e perfeitamente localizado e como tal revisível num momento em que não se previa a criação do Instituto. A definição da sua lei orgânica comportará muitas instâncias que, por não estarem previstas, levará provavelmente ao repensamento de algumas.

No que diz respeito aos arquivos, a política de arquivos está, enfim, muito claramente definida pela actual direcção. A razão por que neste momento se desistiu de se criar o instituto português de arquivos foi já explicada e tem a ver, fundamentalmente, com a racionalização da política de arquivos, procurando conciliar de modo a ser comportável uma política de arquivos históricos com uma política de arquivos intermédios, no quadro da modernização administrativa em curso. Em meu entender, foi uma reavaliação que, devo dizer-lhe, mereceu a unanimidade de todos os arquivistas consultados, e foram muitos. À não criação, o não desdobramento de todas as instâncias da Comissão de Bibliotecários e Arquivistas — não estou a falar de opiniões mas, em geral, das pessoas consultadas, que foram largas dezenas — mereceu acordo. Sei que há pressões para a criação desse instituto, mas não nos pareceu razoável fazê-lo neste momento.

Quanto à articulação do Centro Português de Fotografia com o Arquivo Nacional de Fotografia, como se verá pela respectiva lei orgânica, que está praticamente pronta, não haverá qualquer atrito. O Arquivo será, obviamente....

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr. Ministro, pois já ultrapassou o tempo regimental.

O Orador: — Sr. Presidente, vou já terminar, peço-lhe apenas que me conceda 1 minuto para terminar duas questões.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Orador: — Dizia eu que o Arquivo será mantido na sua integralidade, é óbvio, e a sua articulação com o Centro Português de Fotografia é algo que será definido. Trata-se, no fundo, de pontos institucionais que as leis orgânicas dos institutos e dos organismos, que estão anunciadas para entrar em vigor 90 dias posteriores à publicação da lei orgânica do Ministério da Cultura, obviamente esclarecerão.

Não sei se havia mais alguma questão, mas, para lá das questões que me parecem fora do tema, há uma que diz respeito às delegações regionais. Já por diversas vezes esclareci que as delegações regionais serão repensadas e, devo dizer-lhe muito francamente, não o serão a partir das pessoas mas, sim, das políticas, porque, em meu entender, é justamente o papel das delegações regionais que tem de ser repensado e redefinido. Desde o princípio que eu digo que isso deve ser feito em paralelo com o processo de regionalização e de modo a ser coerente com esse processo. Mas o que me parece ser fundamental, no que diz respeito às delegações regionais, é redefinir as suas funções, os seus meios e certamente as pessoas. Mas, tanto neste caso como em qualquer outro, não é por aí que começo a pensar o problema.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Peço a palavra, para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, creio que faria todo o sentido — e deixo aqui o apelo — que agendássemos para uma próxima conferência de líderes o problema das perguntas ao Governo e da interpretação do que está ou não dentro do seu âmbito porque, dentro de determinados limites, essa interpretação é razoável mas, fora deles, pode conduzir a um pretexto fácil de obviar à resposta a questões concretas que são colocadas nesta Câmara por Deputados no exercício legítimo de um direito constitucional e regimental.

Por outro lado, e igualmente através de V. Ex.^a, não quero deixar de expressar uma mágoa e fazer um apelo.

Por mim, até perceberia que o Sr. Ministro da Cultura tivesse a humildade de dizer à Câmara que admitia que algumas perguntas mais concretas, ainda que a propósito dos organismos do Ministério da Cultura, entrassem num detalhe tal que, naturalmente, não estaria preparado para dar resposta mas que, ao abrigo de princípios de diálogo e de respeito institucional que o Governo tantas vezes afirma e reafirma, as fizesse chegar por escrito aos Deputados que o interpelaram nesta Câmara relativamente a essas questões. Mas não foi isto que o Sr. Ministro disse. Pelo contrário, com um ar que me pareceu de alguma arrogância, o Sr. Ministro disse que se recusava a dar resposta a «mil detalhes» que nada têm a ver com o tema e, depois, fez uma referência áspera a perguntas que estariam «fora do ponto». Creio que teria ficado melhor ao Sr. Ministro da Cultura se, reconhecendo que não tinha consigo os elementos concretos, se predispusse a fazê-los chegar por escrito aos Deputados interpellantes.

Assim, através de V. Ex.^a, pergunto ao Sr. Ministro se está ou não na disposição de fazer chegar por escrito as respostas às questões concretas que lhe foram colocadas por Deputados da minha bancada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Coelho, neste domínio, fico a aguardar as iniciativas que queira apresentar no âmbito da conferência de líderes. É evidente que é necessário um enunciado, é necessária uma interpretação razoável desse enunciado mas não podemos inutilizar este. Portanto, entender-nos-emos sobre tudo isto em sede da conferência de líderes.

Sr. Deputado Manuel Frexes, tinha pedido a palavra para que efeito?

O Sr. Manuel Frexes (PSD): — Sr. Presidente, é para defesa da honra e da consideração pessoal.

O Sr. Presidente: — Então, tem de aguardar.

Sr. Deputado António Braga, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, é para uma brevíssima interpelação à Mesa, na sequência da do Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Presidente: — Peço aos Srs. Deputados que não entremos no «regime das cerejas», até porque ainda é cedo, pois estas só amadurecem em Maio ou Junho...

O Sr. António Braga (PS): — Compreendo o apelo do Sr. Presidente e tentarei ser muito breve...

O Sr. Presidente: — É que sei que não vai ser uma interpelação...

O Sr. António Braga (PS): — Vai ser, sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — ..., tal como também não vão ser as do Sr. Secretário de Estado e do Sr. Ministro. Peço desculpa, mas entendo que, a esta hora, não devemos entrar no «regime das cerejas», assim encetando um debate.

Sr. Deputado, dou-lhe, então, a palavra mas peço-lhe que seja muito rápido.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, começo por me louvar nas suas palavras sobre a figura regimental das perguntas ao Governo, que está consagrada. Estranho muito que o Sr. Deputado Carlos Coelho, um dos co-autores do Regimento venha agora contestar este sistema, e devo dizer que estamos disponíveis e abertos para o aperfeiçoar e melhorar em sede de conferência de líderes.

No entanto, não posso deixar de dizer que o Sr. Ministro usa o estilo que quiser no diálogo que tem com a Câmara e, portanto, não deve ser contestado por isso. O Sr. Ministro respondeu como devia às perguntas que lhe foram colocadas previamente e, inclusive, anunciou a sua disponibilidade para um debate posterior mais alargado sobre as matérias relativas a outras perguntas que lhe foram feitas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, a quem peço que seja breve.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, vou tentar ser breve e, aliás, durante o debate anuí ao pedido de V. Ex.^a no sentido de não intervir...

O Sr. Presidente: — Tem esse crédito.

O Orador: — ... mas não posso deixar de fazê-lo agora.

Há pouco, o Sr. Deputado Octávio Teixeira, a propósito de uma pergunta do PP que tinha a ver com uns concursos de pessoal para a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, procedeu da mesma forma, mas com alguma habilidade. Ou seja, protegeu-se, pelo menos formalmente, dizendo que aqueles concursos tinham sido anulados e que era certamente por esse motivo que as dívidas dos clubes de futebol, etc. — permito-me não continuar a descrever toda a questão que colocou, aliás, muito pertinente.

Ora, há que ter a noção de que, sendo o tema de uma das perguntas a fazer ao Governo a «duplicação de organismos no Ministério da Cultura», as perguntas subsequentes têm de cingir-se minimamente a esta matéria, embora existindo alguma latitude. Mas se se entende que, a propósito dos organismos do Ministério da Cultura, podem apresentar-se questões sobre cada um dos processos que está em curso, desde o da Ponta da Piedade ao do Mosteiro de Lorvão...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Secretário de Estado, admiti que o Sr. Ministro pudesse não vir preparado para responder a tudo isso!

O Orador: — ..., é evidente que não é aceitável.

Faço aqui um parêntesis para me dirigir aos Srs. Deputados do PSD, que, ontem, estiveram muito animados na Comissão de Trabalho, mas espero que tenham descansado durante a manhã, e recordo-vos que estou a responder ao Sr. Deputado Carlos Coelho que, felizmente, ontem descansou, graças ao vosso esforço...

Risos do PSD.

Como dizia, o Sr. Deputado Carlos Coelho sabe bem que no Regimento, de que V. Ex.^a e o Sr. Deputado Silva Marques foram exímios autores, existem outras figuras que devem ser utilizadas para fazer esse género de perguntas ao Governo, como, por exemplo, os requerimentos dirigidos directamente ao membro do Governo que tutela a matéria das perguntas que são feitas. Aliás, devo dizer-lhe que assim que estiverem feitas as actas desta sessão, e após as perguntas que aqui foram feitas por Deputados da sua bancada terem sido apresentadas sob a forma de requerimento, teremos muito gosto em dar-lhes resposta, mas não podemos estar abertos a que sejam feitas generalizações a propósito de uma pergunta em concreto.

Srs. Deputados do PSD, verifico que a noite passada foi suficiente para descansarem e que já estão prontos para nova «maratona» de trabalho.

Risos do PSD.

O Sr. Ministro da Cultura: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro da Cultura: — Sr. Presidente, relativamente à questão que foi suscitada pelo Sr. Deputado Carlos Coelho, queria apenas dizer que...

O Sr. Presidente: — Mas qual é a figura regimental que invoca, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro da Cultura: — É a da interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra para o efeito, Sr. Ministro, mas peço-lhe que seja breve.

O Sr. Ministro da Cultura: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, quero dizer-lhe que não só estou obviamente disponível para responder por escrito a qualquer questão que me seja colocada, de resto como o Ministério da Cultura tem feito relativamente a todas as informações que nos têm sido solicitadas, como ainda, no decurso deste debate, me disponibilizei para vir à Assembleia as vezes que for necessário para responder às questões que os Srs. Deputados entendam. No entanto, certamente ninguém espera que o Ministro da Cultura, ou qualquer outro ministro, responda sobre todos os processos que correm em todas as direcções-gerais do ministério que tutela. Aliás, espero que um ministro não precise de

recorrer a estes meios para fazer uma pequena demonstração de sabedoria.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Se tivesse dito isso logo de início, Sr. Ministro!

O Orador: — Sr. Deputado, tenha paciência!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Manuel Frexes, tem a palavra para defender a sua honra pessoal.

O Sr. Manuel Frexes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero começar por confirmar aqui que, antes de ocupar o meu lugar como Deputado, tive responsabilidades especiais na área da cultura.

Posto isto, quero dizer-lhe que o meu desejo é o de que a acção do Ministério e os resultados desta sejam positivos porque isso é bom para Portugal e para os portugueses e que, portanto, falo sobre estas matérias sem qualquer despeito.

No entanto, não posso deixar de reafirmar que, de facto, ao longo destes sete meses, o Sr. Ministro nada tem feito e que o seu Ministério esteve todo este tempo adiado, inerte, paralizado, à espera de uma reestruturação. Aliás, comprehendo o desconforto com que o Sr. Ministro vem a esta Câmara pois teve de reconhecer isto tudo e também que os próprios directores que foram nomeados para cada um dos organismos é que vão definir a política do seu Ministério — acabou de confirmar isto mesmo relativamente à política de arquivos.

Além disso, acabou de reconhecer que, relativamente às bibliotecas, continua a obra que nós iniciámos, o que muito me honra. Na verdade, Sr. Ministro, nós aumentámos a rede de leitura pública para 128 bibliotecas, isto é, inaugurámos mais de 50.

Entretanto, devo dizer ao Sr. Deputado António Martinho que não se vire para a nossa bancada quando fala de problemas da cultura pois já não somos governo, embora eu saiba que o senhor ainda não se habituou a essa ideia...

Protestos do PS.

Vire-se para o Sr. Ministro pois é ele quem tem de responder às perguntas sobre as delegações regionais do Ministério, os meios que lhes são concedidos e as atribuições que lhes confere!

Relativamente às perguntas formuladas pelos meus colegas de bancada...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado...

O Orador: — Sr. Presidente, estou a defender a minha honra!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Manuel Frexes, deveria estar a defender a sua honra contra afirmações do Sr. Ministro.

O Orador: — Sr. Presidente, trata-se da lei orgânica do Ministério da Cultura. O IPPAR deixou de funcionar!

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado,...

O Orador: — Estou a analisar as consequências e os efeitos desta reestruturação...

O Sr. Presidente: — Desculpe, Sr. Deputado, mas estou a falar!

O Sr. Deputado invocou a defesa da sua honra pessoal contra afirmações do Sr. Ministro, portanto, não pode dirigir-se aos Deputados das várias bancadas!

Faça favor de terminar.

O Orador: — Sr. Presidente, vou terminar, dizendo apenas o seguinte: têm cabimento porque, com esta reestruturação orgânica, o Ministério deixou de funcionar. As obras pararam e os valores cimeiros da cultura portuguesa e da identidade nacional estão ao abandono.

Risos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Cultura para dar explicações, se assim o desejar.

O Sr. Ministro da Cultura: — Sr. Presidente, em relação à política da cultura do Sr. Dr. Manuel Frexes, que foi um esforçado, sacrificado e menorizado subsecretário de Estado durante os últimos meses do governo do PSD, penso francamente que não é preciso dizer nada.

Quanto ao IPPAR, tenho de dizer que, de facto, nós paramos obras quando estas não têm o visto do Tribunal de Contas, enquanto os senhores não procediam assim. Esta é que é a diferença: nós paramos obras pelo tempo que a lei nos impõe e aguardamos que as mesmas tenham o respectivo enquadramento legal para prosseguirem. Como todos sabem, todos os dias havia notícias nos jornais sobre o IPPAR e agora deixou de haver escândalos permanentes com o que se passava no IPPAR e sei que isso não vos convém.

O IPPAR não parou, deixou de funcionar mal e, finalmente, após alguns meses, extremamente difíceis, de reestruturação e de limpeza de muitos problemas que existiam — é público que já foi pedido um inquérito ao Tribunal de Contas sobre a situação do Instituto —, o IPPAR recomeça agora a funcionar e, ao contrário do que acontecia no seu tempo, agora, o Sr. Deputado não vê todos os dias notícias nos jornais sobre os casos mais escabrosos. Portanto, o balanço está feito.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a próxima reunião plenária terá lugar na quarta-feira, pelas 15 horas, e cuja ordem do dia constará da interpelação n.º 3/VII — A Autoridade do Estado —, requerida pelo PSD.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Albino Gonçalves da Costa.

Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.

Carlos Justino Luís Cordeiro.

Henrique José de Sousa Neto.

José Carlos das Dores Zorrinho.

Luís António do Rosário Veríssimo.

Luís Pedro de Carvalho Martins.

Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.

Maria Jesuína Carrilho Bernardo.

Mário Manuel Videira Lopes.

Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.

Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.

Sérgio Humberto Rocha de Ávila.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

António Jorge de Figueiredo Lopes.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Manuel Acácio Martins Roque.
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.

Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Maria Helena Pereira Nogueira Santo.
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
Paulo Sacadura Cabral Portas.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Lino António Marques de Carvalho.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 288\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099 Lisboa Codex.